



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 104/105

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE SETEMBRO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PP ..... Cida Borghetti  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PL ..... Mauro Moraes  
PPS ..... Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 02: Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

**DIÁRIO Nº 104****SUMÁRIO**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Mesa Executiva .....</b>                  | <b>02</b> |
| <b>Presenças .....</b>                       | <b>02</b> |
| <b>Abertura da Sessão .....</b>              | <b>03</b> |
| <b>Expediente:</b>                           |           |
| Indicações .....                             | 03        |
| Questão de Ordem .....                       | 04        |
| Requerimentos .....                          | 05        |
| Projeto de Lei Complementar .....            | 07        |
| Projetos de Lei .....                        | 08        |
| <b>Pequeno Expediente:</b>                   |           |
| Dep. Barbosa Neto .....                      | 14        |
| Dep. José Domingos Scarpellini ...           | 14        |
| Dep. Tadeu Veneri .....                      | 15        |
| Dep. Reni Pereira .....                      | 16        |
| <b>Horário das Lideranças:</b>               |           |
| Liderança do PDT:                            |           |
| Dep. Barbosa Neto .....                      | 17        |
| Liderança do PFL:                            |           |
| Dep. Plauto Miró Guimarães ....              | 19        |
| Liderança do PT:                             |           |
| Dep. André Vargas .....                      | 20        |
| Liderança do PSDB:                           |           |
| Dep. Valdir Rossoni .....                    | 21        |
| Liderança do PMDB:                           |           |
| Dep. José Maria Ferreira .....               | 22        |
| Liderança do Governo:                        |           |
| Dep. Jocelito Canto .....                    | 24        |
| Liderança da Oposição:                       |           |
| Dep. Valdir Rossoni .....                    | 26        |
| <b>Ordem do Dia:</b>                         |           |
| Leitura do Expediente .....                  | 27        |
| Discussão / Votação:                         |           |
| 2ª Discussão (Votação em) .....              | 28        |
| 2ª Discussão .....                           | 29        |
| 1ª Discussão .....                           | 30        |
| Discussão Única (Proposições) ..             | 34        |
| Requerimentos .....                          | 35        |
| <b>Encerramento da Sessão Ordinária.....</b> | <b>35</b> |

**DIÁRIO Nº 105.....36****SUMÁRIO.....36**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Mesa Executiva.....</b>                    | <b>36</b> |
| <b>Presenças.....</b>                         | <b>36</b> |
| <b>Abertura da Sessão .....</b>               | <b>36</b> |
| <b>Ordem do Dia:</b>                          |           |
| Discussão / Votação:                          |           |
| Redação Final .....                           | 36        |
| 3ª Discussão .....                            | 43        |
| 1ª Discussão .....                            | 44        |
| Discussão Única (Indicações)....              | 46        |
| Discussão Única (Proposições)..               | 46        |
| <b>Encerramento da Sessão Ordinária .....</b> | <b>47</b> |
| <b>Publicações:</b>                           |           |
| Diretoria Geral:                              |           |
| Portaria DAT .....                            | 47        |

**098ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE SETEMBRO DE 2005**

*(quarta-feira)*

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Padre Paulo Campos e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre

Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (44). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Augustinho Zucchi, Elio Rusch, Ademar Traiano, Elza Correia, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Nelson Garcia e Renato Gaúcho (08). Em viagem representativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário e a Sra. Deputada Luciana Rafagnin (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Acho que a forma mais justa de homenagearmos um ex-Parlamentar, um ex-Presidente desta Casa, é realizando a Sessão.

A morte do companheiro Erondy Silvério ontem, deixou todos os Parlamentares abalados, porque ele teve uma vivência muito grande nesta Casa, não só com os Parlamentares mas com os funcionários também. Foi Deputado por diversos mandatos, Presidente da CCJ, Presidente da Executiva.

Então, nossa forma de homenageá-lo é realizando esta Sessão e dando oportunidade às Lideranças Partidárias que homenageiem o nosso ex-Presidente.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 48/2005

Sugere a criação e implantação do Curso de Medicina no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a criação e implantação do Curso de Medicina, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito (com 72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%).

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%).

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da

população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Medicina, que na área das Ciências Biológicas aparece com o indicativo de 68,62% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Pares para a aprovação da presente indicação.

#### INDICAÇÃO Nº 49/2005

Sugere a criação e implantação do Curso de Odontologia no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a criação e implantação do Curso de Odontologia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) CHICO NOROESTE

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu. Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região. Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito (com 72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%).

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%).

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Odontologia, que na área das Ciências Biológicas aparece com o indicativo de 56,51% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Pares para a aprovação da presente indicação.

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que irei representar a Bancada do Partido Progressista - PP na composição do Conselho que instituiu o Prêmio Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, conforme dispõe a Resolução nº 002/2005.

Sem mais para o momento, agradeço sua atenção.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

Líder do PP

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a indicação da Deputada Arlete Caramês, da Bancada do PPS, para fazer parte do Conselho Mulher-Cidadã Zilda Arns.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) WALDIR LEITE

Líder da Bancada do PPS

### Questões de Ordem

#### QUESTÃO DE ORDEM Nº 2951

Senhor Presidente:

O Deputado que pelo presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, especi-

almente no artigo 104 do Regimento Interno desta Casa, vem respeitosamente perante V. Exa. constituir Questão de Ordem pelas razões de fato e de direito que passam a ser expostas:

#### **1 - O Fato**

Vários Deputados apresentaram requerimento, em 27 de setembro de 2005, solicitando Moção de Apoio e Solidariedade ao Sr. Francisco Cunha Pereira.

#### **2 - A Questão de Ordem**

O artigo 131, parágrafo 1º, III do Regimento Interno desta Casa, determina que dependerão de deliberação de Plenário a inserção em Ata de votos de regozijo ou de pesar.

Sendo assim, Exa. questiona-se o amparo regimental para a apresentação do mencionado requerimento de moção de apoio e solidariedade, já que não se trata de voto de regozijo ou de pesar.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

Apoiamento:

Dobrandino da Silva.

#### **QUESTÃO DE ORDEM Nº 2963**

Senhor Presidente:

Os Deputados que a presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresentam à Presidência as seguintes contra-razões à Questão de Ordem levantada nesta data pelo Deputado Delegado Bradock, para que sejam analisadas e consideradas, preliminarmente à decisão dessa presidência a respeito do impasse gerado pelo requerimento apoiado por quatorze Srs. Deputados e apresentado na Sessão de ontem.

1 - O referido requerimento não pede aprovação de inserção em Ata da moção de apoio aludida;

2 - foi requerida a aprovação de moção e apoio e solidariedade, para livre manifestação dos Parlamentares desta Casa;

3 - requerimento desta natureza é uma prerrogativa do Parlamentar, que não lhe poderá ser cassada por equivocados subterfúgios regimentais;

4 - o referido requerimento está fundamentado no artigo 131, parágrafo 3º e seu inciso VII do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

### ***Requerimentos***

#### **REQUERIMENTO Nº 2959**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 459, que autoriza o Poder Executivo a criar o Campus da Unioeste no Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) CHICO NOROESTE

#### **REQUERIMENTO Nº 2960**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 138/2005, que autoriza o Poder Executivo a instituir regime fiscal diferenciado aos estabelecimentos comerciais instalados no Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) CHICO NOROESTE

#### **REQUERIMENTO Nº 2938**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### **REQUERIMENTO Nº 2937**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 29 de setembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### **REQUERIMENTO Nº 2950**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 326/2005, visto existir a Lei nº 8242, publicado em 14 de janeiro de 1986, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos de São Sebastião, pertencente ao Município de Ouro Verde do Oeste.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

#### **REQUERIMENTO Nº 2948**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER autorização do Plenário para se deslocar a Londrina, nos dias 30 de setembro e 1º de outubro, para comparecer a uma reunião na Ceasa e visitar uma unidade do sistema carcerário daquele Município.

Outrossim, solicito também seja autorizado o deslocamento do funcionário do Gabinete Parlamentar, Osni de Souza Calixto.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 2954

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que se reúna, nos Pequeno e Grande Expedientes de quarta-feira, 7 de dezembro, às 15h00, em Sessão Solene conjunta deste Poder Legislativo, da Academia Paranaense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, e da Associação dos Amigos da Biblioteca Pública do Paraná, para celebrar o centenário de Bento Munhoz da Rocha Neto, nosso Governador e ilustre intectual, mentor deste Centro Cívico, do Teatro Guaíra, e da atual sede da Biblioteca Pública do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Os cem anos de Bento Munhoz da Rocha Neto devem ser comemorados para lembrar um vulto que foi grande e que foi nosso.

Historiador, engenheiro do futuro, ilustre brasileiro, Governador e Ministro, Bento Munhoz da Rocha é a legítima expressão do que há que melhor na alma paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 2957

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consagração na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a realização de Sessão Extraordinária - Sessão Solene - para a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Dom Anuar Battisti, Arcebispo da região de Maringá.

Tal Sessão Solene terá início após a Sessão Ordinária, no horário das 17h00 e com previsão de término para às 18h30.

Requer-se por fim, da decisão desta proposição, seja dado ciência aos órgãos competentes desta Casa, para início dos atos preparativos à sua realização.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(aa) TADEU VENERI

PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 2935

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de Audiência Pública, no próximo dia 04 de outubro, às 9h00, no Plenário desta Casa, para que o Poder Legislativo possa, juntamente com o Instituto Brasil & África e com o Instituto de Pesquisa da Afro Descendência, discutir o Projeto SOS - Racismo no Paraná, como um programa de defesa aos direitos da população afro-brasileira e procurar formas de combater a discriminação racial no nosso Estado.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 2949

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja constituída a Frente Parlamentar Paraná Sem Armas com o objetivo de encaminhar as discussões, debates e outras atividades visando esclarecer à população do Estado do Paraná acerca do referendo estabelecido pela Lei nº 10.826/2003, em seu artigo 35.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2952

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, SUGERE a V. Exa. que adote medidas referentes quanto à análise das proposições de vetos apostos pelo Sr. Governador do Estado, que seja colocado na Ordem do Dia apenas um veto por Sessão Plenária, para que haja melhor debate da constitucionalidade, legalidade e mérito pelo Plenário desta Casa de Leis, dos referidos.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

Apoiamento:

Reni Pereira, Barbosa Neto.

#### REQUERIMENTO Nº 2939

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, ao Secretário de Estado da Fazenda, Exmo. Sr. Heron Arzua, bem como ao Diretor da Coordenação da Receita do Estado, Exmo. Sr. Luiz Carlos Vieira, solicitando dos mesmos a edição de decreto abolindo a cobrança antecipada de ICMS por Substituição Tributária.

Solicita-se, outrossim, seja efetivada cooperação com o Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios do Estado do Paraná, haja vista a crescente queda de vendas internas do segmento e conseqüentemente a queda na arrecadação de tributos.

Diversos Estados da Federação continuam adotando medidas em benefício do segmento atacadista e distribuidor, principalmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que afetam diretamente o Estado do Paraná na questão da Substituição Tributária.

Cabe salientar que o Paraná perde até mesmo nas licitações públicas para a compra de lâmpadas, o que tem sido observado nas Prefeituras e Órgãos Públicos do Estado. As empresas de outros Estados, sobretudo Santa Catarina e Rio Grande do Sul, têm levado vantagem nessas licitações devido à legislação tributária nos respectivos Estados.

O Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios do Estado do Paraná já protocolou corres-

pondência, na Secretaria de Estado da Fazenda e na Coordenação da Receita Estadual, demonstrando a necessidade urgente do Paraná suprir a exigência da Substituição Tributária para os produtos que não têm o mesmo tratamento nos Estados vizinhos.

Destaca-se que o Decreto 5042, publicado em 29.06.2005, que altera do Regulamento do ICMS, tirou ainda mais a competitividade das empresas atacadistas e distribuidores.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2940

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, solicitando providências para identificação e punição aos agressores, que vêm agindo no centro de Curitiba contra negros e homossexuais, que foram feridos nos últimos dias por grupos racistas denominados “skinheads”, que estão panfletando e pixando alguns pontos da capital com mensagens discriminatórias e anti-raciais.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2941

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Aldo José Parzianello, solicitando providências para identificação e punição aos agressores, que vêm agindo no centro de Curitiba contra negros e homossexuais, que foram feridos nos últimos dias por grupos racistas denominados “skinheads”, que estão panfletando e pixando alguns pontos da capital com mensagens discriminatórias e anti-raciais.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2943

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Rubens Ghilard, Presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, solicitando esclarecimento público sobre a contratação de seguros com a Empresa Interbrasil.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo é esclarecer as dúvidas levantadas em relação à contratação de seguros efetuadas pela Copel com a empresa Interbrasil Seguradora, através de publi-

cação com destaque na imprensa estadual, para que a população fique ciente de todos os procedimentos adotados por esta Companhia.

#### REQUERIMENTO Nº 2945

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando que o mesmo adote medidas urgentes no sentido de aumentar o efetivo policial do Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação é devido ao fato de constante aumento da marginalidade no Município de Mamborê, principalmente na área rural, onde o efetivo da Polícia Civil e Militar são insuficientes para atender a toda a população, gerando uma grande insegurança entre os mesmos.

#### REQUERIMENTO Nº 2946

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, encaminhando e referendando o pleito do Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios do Estado do Paraná, no sentido de que seja atendida a necessidade urgente de suprir, no Estado do Paraná, a exigência da Substituição Tributária, para os produtos que não têm o mesmo tratamento nos estados vizinhos.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 2958

Senhor Presidente:

O Deputado que o subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando a realização de vestibular para o Curso de Administração da extensão da Unioeste, no Município de Medianeira, através do campus de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) CHICO NOROESTE

### *Projeto de Lei Complementar*

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 600/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída, nos termos do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Cons-

tituição do Estado do Paraná, a Região Metropolitana de Ponta Grossa, constituída pelos Municípios de Ponta Grossa, Castro, Carambeí, Tibagi, Palmeira, Teixeira Soares, Ibituva, Ipiranga, Piraí do Sul, Reserva, Guamiranga, Imbaú e Telêmaco Borba.

Art. 2º A Região Metropolitana de Ponta Grossa terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º O Conselho Deliberativo compor-se-á de 05 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista triplíce feita pelo Prefeito de Ponta Grossa e outro mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2º O Conselho Consultivo compor-se-á de 01 (um) representante de cada Município integrante da Região Metropolitana e de 03 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º Incumbe ao Estado promover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 criou condições jurídicas para que os municípios pudessem se organizar,

mantendo suas identidades e autonomia dentro do regime federativo próprio de nosso país. Assim, em seu artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal delega aos Estados, através de Lei Complementar, a criação de Regiões Metropolitanas e a Constituição do Estado, por seu turno, no capítulo III, artigos 21-26, define a instituição e organização dessas regiões.

Com a consciência de que o planejamento moderno deverá ser sistemático e orgânico para que possa trazer algum benefício para a sociedade, salienta-se a importância de que esse planejamento seja regionalizado para fazer frente às necessidades que são similares devido aos fatores histórico-cultural e de espaço geográfico. Como se pode perceber na formação de outras Regiões Metropolitanas, o desenvolvimento de um programa conjunto fortalece cada um dos Municípios participantes, trazendo o impulso necessários para atender suas populações de maneira mais eficiente.

Os Municípios indicados para participar da Região Metropolitana de Ponta Grossa têm vida econômica e social interligada por fatores dos mais diversos, tais como a presença da Universidade, as indústrias, a forte tradição agropecuária, os serviços e o comércio, enfim, todo um universo convergente que habita a constituição de uma Região Metropolitana destinada a melhorar, qualificando de forma planejada e duradoura, os eventos de vida e de desenvolvimento de cada um e de todos os Municípios integrados.

Assim, além da necessidade patente, a criação da Região Metropolitana de Ponta Grossa comunga com o anseio da comunidade que exige, cada vez mais, o atendimento de suas necessidades e para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

## *Projetos de Lei*

PROJETO DE LEI Nº 601/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A presente lei tem por objeto regulamentar o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná, em matéria de plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Art. 2º A soberania popular é exercida, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular, pelo voto universal, obrigatório e secreto, com valor igual para todos.

Art. 3º O povo decide soberanamente em plebiscito:

I - a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios;

II - a execução de serviços públicos e programas de ação governamental, nas matérias de ordem econômica e financeira, bem como de ordem social, reguladas nos Títulos V e VI da Constituição do Estado do Paraná;



III - a concessão administrativa de serviços públicos, em qualquer de suas modalidades, bem como a alienação de controle de empresas estatais;

IV - a mudança de qualificação dos bens públicos de uso comum do povo e dos de uso especial;

V - a alienação, pelo Estado do Paraná, de jazidas, em lavra ou não, de minerais e dos potenciais de energia hidráulica;

VI - realização de obras públicas que comprometam mais do que 5% da Receita Tributária Centralizada prevista da Lei Orçamentária Anual do Estado do Paraná;

VII - realização de obras e serviços que tenham grande repercussão para a população ou para a Administração Pública, alterem profundamente a paisagem natural, afetem o meio ambiente e tenham significativo impacto na organização do espaço urbano e rural, cabendo à Assembleia Legislativa, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, individualizar tais obras e serviços;

VIII - realização de contratos regulados pela Lei Federal 11079/2004 - Parcerias Público-Privadas e correspondente lei estadual - sempre que o contrato envolver recursos superiores a dez vezes o valor mínimo previsto no inciso I do parágrafo 4º do artigo 2º da mencionada lei federal e correspondente lei estadual.

Parágrafo Único. Os plebiscitos mencionados nos incisos IV e V deste artigo são obrigatórios, e realizar-se-ão previamente à edição de leis ou à celebração dos atos neles indicados, sob pena de invalidade.

Art. 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios serão decididos pelos cidadãos com domicílio eleitoral nas Unidades envolvidas, em plebiscito realizado na mesma data e horário, conforme determinação da Justiça Eleitoral.

§ 1º A iniciativa do plebiscito competirá à Assembleia Legislativa, mediante resolução aprovada pela maioria absoluta de seus membros, ou a cidadãos que representem, no mínimo, dez por cento do eleitorado de cada Unidade envolvida na decisão plebiscitária.

§ 2º Nas hipóteses de criação, subdivisão ou desmembramento de Municípios, a realização do plebiscito será precedida da divulgação de estudo de viabilidade da nova ou das novas unidades políticas.

§ 3º Se o resultado da consulta popular for favorável à configuração político-territorial proposta, ela será objeto de lei complementar.

Art. 5º A iniciativa dos plebiscitos mencionados nos incisos II e III do artigo 3º compete ao próprio povo, ou a um terço dos membros da Assembleia Legislativa do Paraná.

§ 1º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembleia Legislativa do projeto de lei, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos cinquenta municí-

pios, com um por cento de eleitores inscritos em cada um deles.

§ 2º O objeto do plebiscito limitar-se-á a um só assunto.

§ 3º Conforme o resultado do plebiscito, os Poderes competentes tomarão as providências necessárias à sua implementação, inclusive, se for o caso, com a votação de lei ou de emenda à Constituição.

Art. 6º O plebiscito, em qualquer de suas modalidades (artigo 3º), é convocado pela Assembleia Legislativa do Paraná.

Art. 7º Por meio do referendo, o povo aprova ou rejeita, soberanamente, no todo ou em parte, o texto de emendas constitucionais, leis, acordos, pactos, convenções, tratados ou protocolos nacionais e internacionais de qualquer natureza, ou de atos normativos baixados pelo Poder Executivo.

Art. 8º O referendo é realizado por iniciativa popular, ou por iniciativa de um terço dos membros da Assembleia Legislativa do Paraná, dirigida ao Presidente desta, com observância, no caso de iniciativa popular, dos requisitos indicados no artigo 5º, parágrafo 1º, bem como do disposto no artigo 12, parágrafo 1º.

Art. 9º O referendo é convocado pela Justiça Eleitoral.

Art. 10. Uma vez proclamado o resultado do referendo pela Justiça Eleitoral, compete à Assembleia Legislativa, mediante decreto legislativo, declarar que o texto normativo, objeto da consulta popular, foi confirmado ou rejeitado pelo povo.

Parágrafo Único. Os efeitos revocatórios do referendo têm início na data da publicação do decreto legislativo.

Art. 11. Compete à Justiça Eleitoral, em matéria de plebiscitos e referendos:

I - fixar a data da consulta popular;

II - expedir instruções para a sua realização;

III - assegurar a gratuidade da divulgação, no rádio e na televisão, da propaganda sobre o objeto do plebiscito ou do referendo, de parte dos partidos políticos, do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, de confederação sindical ou de central ou entidade de classe de âmbito estadual, bem como de associação civil registrada para atuar junto à Justiça Eleitoral;

IV - proclamar o resultado da votação, correspondente à maioria absoluta dos votos válidos, desconsiderados os em branco.

Art. 12. A iniciativa de projetos de lei pode ser feita, junto à Assembleia Legislativa do Paraná, pela subscrição de, no mínimo, um por cento do eleitorado

estadual, distribuído pelo menos por cinquenta municípios, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

§ 1º Os signatários devem declarar o seu nome completo, sua data de nascimento, bem como o Município onde têm domicílio eleitoral, vedada a exigência de qualquer outra informação adicional.

§ 2º O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Assembléia Legislativa, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

§ 3º A Assembléia Legislativa do Paraná criará Comissão de Participação Legislativa para receber, adequar e processar as proposições de iniciativa popular previstas nesta lei.

Art. 13. O projeto de lei de iniciativa popular tem prioridade, em sua tramitação, sobre todos os demais projetos de lei, não apresentados sob o regime de urgência.

Art. 14. A alteração ou revogação de uma lei, cujo projeto seja originário de iniciativa popular, quando feita por lei cujo projeto não teve iniciativa do povo, deve ser obrigatoriamente submetida a referendo popular.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

Quando, no decurso do “Século das Luzes” na Europa, a permanência em vigor do regime autocrático revelou-se aos espíritos mais esclarecidos como contrária ao bem comum, duas opiniões principais foram sustentadas para fundamentar a mudança na organização do Estado.

Mostesquieu, embora reconhecendo que um povo livre deve ser governado por si mesmo, afirmou enfaticamente que o povo não é feito para decidir negócios do Estado, e que a sua função política deve limitar-se à eleição de representantes, os únicos capazes de tomar o que ele chamou de “resoluções ativas”, ou seja, decisões que demandam uma execução concreta (Do Espírito das Leis, livro II, capítulo 2; livro XI, capítulo 6).

Em sentido diametralmente oposto, Rousseau sustentou que, sendo a soberania do povo, pela sua própria natureza, inalienável e indivisível, ela não poderia jamais ser objeto de representação. Ou o povo a exerce efetivamente, ou deixa de ser soberano e fica reduzido à condição de súdito. Assim, concluiu ele, toda lei que o povo diretamente não referendou é nula; não pode ser reconhecida como lei. (Do Contrato Social, livro III, capítulo 15).

Essas duas posições extremadas acabaram por convergir, no mundo contemporâneo, para formar uma simbiose. Só se consideram, hoje, legítimos os sistemas constitucionais, em que se estabelece a necessária distin-

ção funcional entre soberania e governo. Aquela deve pertencer, de modo efetivo e não meramente simbólico, ao povo; enquanto o governo há de ser exercido pelos representantes eleitos do soberano, que determina as grandes diretrizes de ação política dos governantes e os controla permanentemente.

A Constituição Federal de 1988 consagrou esse princípio fundamental de legitimidade política, ao declarar solenemente que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente” (artigo 1º, parágrafo único).

No capítulo IV do seu Título II, a Constituição da República indicou quatro grandes formas de manifestação da soberania popular: o sufrágio eleitoral, o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular legislativa. Objeto do presente projeto de lei é regulamentar, em âmbito do Estado do Paraná, os três últimos instrumentos da soberania popular, expressos no artigo 14 do texto constitucional.

A Constituição do Estado do Paraná também consagrou estes instrumentos de participação direta da sociedade no artigo 2º da Carta Magna do Paraná.

“Art. 2º A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, nos termos desta Constituição e da lei, e mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.”

A presente proposição regulamenta especificamente o artigo supra da Constituição do Estado do Paraná.

O principal aspecto destes dispositivos é, sem dúvida, o fato de que esse diploma legislativo deu ao povo brasileiro e paranaense o poder de iniciativa em matéria de plebiscitos, referendos e outros projetos de lei.

Toda e qualquer regra constitucional há de ser interpretada à luz dos princípios fundamentais expressos na própria Constituição, e que formam os alicerces do Estado por ela criado. A soberania popular é um deles, como lembrado acima. Todos os Poderes do Estado são considerados, à luz desse princípio, como delegados do povo soberano. Ora, quando a Constituição declara, em seu artigo 14, assim como a Constituição Estadual do Paraná, que tanto o sufrágio eleitoral, quanto o plebiscito e o referendo, são manifestações da soberania popular, impedir o povo de exercer o poder de iniciativa de plebiscitos e referendos seria equivalente a reconhecer que a realização de eleições dependeria de decisão do Congresso Nacional. É óbvio que, ao dar ao Congresso Nacional a competência determinada em seu artigo 49, inciso XV - competência essa que o projeto reitera nos artigos 7º e 9º, a Constituição Federal regulou os atos finais do procedimento de realização dessas manifestações populares, sem decidir minimamente sobre o poder de iniciativa.

Em razão disso, o projeto reconhece ao povo soberano, como não poderia deixar de ser, a iniciativa de plebiscitos e referendos, com a observância dos requisitos

estabelecidos no artigo 61, parágrafo 2º, da Constituição Federal em matéria de iniciativa popular legislativa.

A proposição prevê ainda que a Assembléia Legislativa do Paraná crie a Comissão de Participação Legislativa que terá por função receber as proposições, adequá-las no tocante à técnica legislativa e processá-la.

Os instrumentos constitucionais regulamentados por esta lei visam assegurar a democracia direta, com o exercício pleno da cidadania pelos paranaenses em diversos aspectos da administração e gestão do Estado do Paraná.

#### PROJETO DE LEI Nº 602/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dom Moacyr José Vitti.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Dom Moacyr José Vitti nasceu em Piracicaba, no Bairro Santana, aos 30 de novembro de 1940. Estudou nos Seminários dos Estigmatinos de Rio Claro, Ribeirão Preto, Casa Branca e Campinas, onde foi ordenado padre, na Capela da Santíssima Trindade, em 16 de dezembro de 1967, por Dom Hélio Paschoal, Bispo de Livramento, na Bahia.

Na Congregação dos Estigmatinos, ele trabalhou como Vigário Paroquial no Rio de Janeiro, na Paróquia de Santa Edwiges, e na pastoral Vocacional, sendo eleito Conselheiro Provincial e sendo o responsável da Pastoral Vocacional da sua congregação em todo o Brasil.

Foi eleito Conselheiro Geral em 1973 e em 1979 escolhido como Vigário-Geral da Congregação (vice-superior geral), residindo em Roma. Aproveitou a estada na cidade italiana para doutorar-se em teologia Dogmática, no Instituto Angélico. Em julho de 1982 foi eleito Superior da Província de Santa Cruz (que compreendia as comunidades da congregação estigmatina dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia) e reeleito em 1985.

O Papa João Paulo II o escolheu como Bispo titular de Sita e Auxiliar de Curitiba em 18 de novembro de 1987, sendo sagrado Bispo por Dom Pedro Fedalto, Arcebispo de Curitiba, na Matriz Santo Antônio, em Americana, aos 3 de janeiro de 1988, assumindo sua missão episcopal na Arquidiocese de Curitiba em 1º de março de 1988.

Como Bispo Auxiliar em Curitiba Dom Moacyr foi o responsável pelas Paróquias da periferia de Curitiba e das pastorais, movimentos e associações. Foi Secretário da Regional Sul-2 da CNBB, que envolve todas as Dioce-

ses do Estado do Paraná, onde também foi o responsável das Pastorais Vocacional e Universitária.

Em 15 de maio de 2002, tornou-se o quarto Bispo Diocesano de Piracicaba, no interior de São Paulo, onde ficou até 2004, quando, exatamente no dia 19 de maio de 2004, foi nomeado pelo Papa João Paulo II, e tomou posse no dia 18 de junho, como Arcebispo Metropolitano de Curitiba, assumindo o lugar de Dom Pedro Fedalto, que passava à condição de Arcebispo Emérito de Curitiba, por atingir o limite máximo de idade episcopal de 80 anos de idade.

Desde então, Dom Moacyr José Vitti vem fazendo um grande trabalho como o Pastor Maior da Igreja Católica Apostólica Romana em Curitiba e Região Metropolitana, estando presente nas comunidades, quebrando barreiras, mantendo relação com outras igrejas cristãs, como na Campanha da Fraternidade ecumênica que acontece neste ano, e mantendo um diálogo aberto com a Câmara Municipal de Curitiba, propondo ações voltadas ao interesse da sociedade, principalmente às pessoas mais necessitadas. Inclusive, recentemente, recebeu no último dia 28 de abril, diversos Vereadores dessa Casa, nas dependências da Cúria Metropolitana de Curitiba, para um diálogo aberto. Foi a primeira vez na história da política municipal, que um encontro desta natureza foi realizado em Curitiba, e a idéia deste encontro partiu do próprio Dom Moacyr, numa demonstração clara da vontade de integrar o trabalho legislativo à ampliação da conscientização cristã.

Foi, também, o primeiro passo para que se abram oportunidades neste tipo de trabalho conjunto. Na ocasião, a reunião, que durou mais de 2 horas, foi elogiada e enaltecida pelos quase 20 Vereadores que estiveram participando do encontro. Aliás, também nesta Casa de Leis, porém, em fevereiro deste ano, Dom Moacyr José Vitti, participou de outro momento bastante relevante, quando, participou da abertura da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2005, sob o tema “solidariedade e paz”, ao lado de líderes de outras igrejas cristãs, mostrando, naquele ato, o real interesse em abrir cada vez mais, o diálogo com as demais congregações cristãs.

Seu lema episcopal é? Um só coração, uma só alma.

#### PROJETO DE LEI Nº 603/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

#### Capítulo I

Da Política Estadual do Livro  
Diretrizes Gerais

Art. 1º Esta lei institui a Política Estadual do Livro, mediante adoção das seguintes diretrizes:

I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;

II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio cultural, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;

III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;

IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;

V - promover e incentivar o hábito da leitura;

VI - propiciar os meios para fazer do Paraná um grande centro editorial;

VII - competir no mercado nacional de livros, ampliando a difusão de livros publicados no Estado;

VIII - apoiar a livre circulação do livro no Estado;

IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;

X - instalar e ampliar no Estado livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;

XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei;

XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

## **Capítulo II**

### **Do Livro**

Art. 2º Considera-se livro, para efeitos desta lei, a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento.

Parágrafo único. São equiparados a livro:

I - fascículos, publicações de qualquer natureza que representem parte de livro;

II - materiais avulsos relacionados com o livro, impressos em papel ou em material similar;

III - roteiros de leitura para controle e estudo de leitura ou de obras didáticas;

IV - álbuns para colorir, pintar, recortar ou armar;

V - atlas geográficos, históricos, anatômicos, mapas e cartogramas;

VI - textos derivados de livro ou originais, produzidos por editores, mediante contrato de edição celebrado com o autor, com a utilização de qualquer suporte;

VII - livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual;

VIII - livros impressos no Sistema Braille.

Art. 3º É livro paranaense o publicado por editora sediada no Estado, em qualquer idioma, bem como o impresso ou fixado em qualquer suporte em outros Estados por editor sediada no território do Estado do Paraná.

## **Capítulo III**

### **Da Editoração, Distribuição e Comercialização do Livro**

Art. 5º Para efeitos desta lei, é considerado:

I - autor: a pessoa física criadora de livros;

II - editor: a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura;

III - distribuidor: a pessoa jurídica que opera no ramo de compra e venda de livros por atacado;

IV - livreiro: a pessoa jurídica ou representante comercial que se dedica à venda de livros.

Art. 6º Na editoração do livro, é obrigatória a adoção do Número Internacional Padronizado, bem como a ficha de catalogação para publicação.

Parágrafo único. O número referido no *caput* deste artigo constará da quarta capa do livro impresso.

Art. 7º O Poder Executivo estabelecerá formas de financiamento para as editoras e para o sistema de distribuição de livro, por meio de criação de linhas de crédito específicas.

Parágrafo único. Cabe, ainda, ao Poder Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema Braille.

Art. 8º É permitida a formação de um fundo de provisão para depreciação de estoques e de adiantamento de direitos autorais.

§ 1º Para a gestão do fundo levar-se-á em conta o saldo existente no último dia de cada exercício financeiro legal, na proporção do tempo de aquisição, observados os seguintes percentuais:

I - mais de um ano e menos de dois anos: trinta por cento do custo direto de produção;

II - mais de dois anos e menos de três anos: cinquenta por cento do custo direto de produção;

III - mais de três anos: cem por cento do custo direto de produção.

§ 2º Ao fim de cada exercício financeiro legal será feito o ajustamento da provisão dos respectivos estoques.

Art. 9º O fundo e seus acréscimos serão levados a débito da conta própria de resultado, sendo seu valor dedutível, para apuração do lucro real, sendo que as reversões por excesso irão a crédito para tributação.

Art. 10. É facultado ao Poder Executivo a fixação de normas para o atendimento ao disposto nos incisos VII e VIII do artigo 2º desta lei.

## **Capítulo IV**

### **Da Difusão do Livro**

Art. 13. Cabe ao Poder Executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, ampliar

os já existentes e implementar, isoladamente ou mediante a colaboração de particular, as seguintes ações em âmbito nacional:

I - criar parcerias, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura, com a participação de entidades públicas e privadas;

II - estimular a criação e execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante:

a) revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas;

b) introdução da hora de leitura diária nas escolas;

c) exigência pelos sistemas de ensino, para efeito de autorização de escolas, de acervo mínimo de livros para as bibliotecas escolares;

III - instituir programas, em bases regulares, para a exportação e venda de livros brasileiros em feiras e eventos internacionais;

IV - criar cursos de capacitação do trabalho editorial, gráfico e livreiro.

Art. 14. O Poder Executivo fica autorizado a promover o desenvolvimento de programas de ampliação do número de livrarias e pontos de venda no Estado, podendo ser ouvidas as Administrações Municipais competentes.

## Capítulo V

### Disposições Gerais

Art. 15. O Estado e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros.

Art. 16. A inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feita por meio de um Fundo Estadual de Cultura cuja criação fica autorizada ao Poder Executivo.

Art. 17. Com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar automaticamente sobre a matéria, pois, como Casa única do

Legislativo Estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”<sup>1</sup>

O presente projeto visa a inclusão social dos cidadãos paranaenses através da educação. Os livros são meios importantes de cultura, aprendizado, alfabetização entre tantos outros benefícios já conhecidos por todos, como por exemplo, o estímulo da imaginação. Além disso, amplia o conhecimento dos cidadãos sobre diversos assuntos, o que permite uma diminuição dos níveis de desigualdade social que, infelizmente, existe em todo o país.

A iniciativa de proporcionar aos paranaenses o acesso irrestrito a uma das mais importantes formas de educação, que é a leitura, traduz a preocupação do Estado com a educação e com o enobrecimento dos cidadãos.

## PROJETO DE LEI Nº 604/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Esta lei institui compõe o quadro de benefícios reconhecidos pelo Poder Público Estadual aos portadores de deficiência, como forma de afirmação da igualdade social.

Art. 2º Os atos de produção e comercialização de cadeiras de rodas, utilizadas por deficientes motores, ficam isentos de tributação.

Parágrafo único. Este benefício se estende também a cadeiras de rodas com propulsão motorizada.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tra-

1.STF. Pleno. ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57.

tado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar automaticamente sobre a matéria, pois, como Casa única do Legislativo Estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”<sup>1</sup>

O presente projeto visa a compor a plêiade de benefícios que o poder público do Estado do Paraná tem tradicionalmente dispensado a portadores de deficiências, visando compensar suas dificuldades pessoais na busca do estabelecimento de uma igualdade formal.

Trata-se de ação afirmativa que, reconhecendo as dificuldades econômicas por que passam os portadores de deficiências, principalmente por força da deficiência, visa compensá-las mediante o favor fiscal, proporcionando a todos os que se encontram nessa condição a garantia de uma vida melhor.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Circula pela rede mundial de computadores, através da internet, um projeto que estaria sendo discutido em Brasília proibindo o Ministério Público de investigar atos de corrupção do Presidente da República, de Governadores de Estado, Senadores, Deputados Federais, Estaduais, Prefeitos.

Diante desse fato, - pelo menos daquilo que nós pesquisamos, já que seria de autoria de um Deputado da Bahia e nós acabávamos de entrar em contato com o seu gabinete - na verdade trata-se de uma prática muito comum na internet. Mas esse projeto suscita outros protestos por parte de eleitores e cidadãos paranaenses, que

1. STF. Pleno. Adin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 57-57

dia-a-dia encham as nossas caixas postais, já que hoje o alvo predileto da sociedade principalmente é a classe política.

Subimos à tribuna na tarde de hoje para protestar contra aqueles que estão tentando mudar o foco da situação, aqueles, principalmente, que discursam de uma forma e na prática são tudo aquilo que pregam verbalmente ou na forma escrita. Não quero aqui ser o arauto da moralidade, longe disso, mas nós temos que bradar contra a corrupção. Afinal de contas, somos eleitos pelo povo que exige ética e comportamento digno de todos nós.

Recebo aqui da doutoranda em História e Filosofia pela Unicamp, Professora de Cornélio Procópio, Cláudia Bonfim, que diz, trazendo o grande pedagogo Paulo Freire: “A terra que a gente ama, que a gente fala e a que se refere, tem sempre um quintal, uma rua, uma esquina, um cheiro de chão que cortam o calor que sufoca, um valor porque se luta, uma carência, uma língua que se fala, diferentes entonações. Um tom poético, atual e muito didático ao mesmo tempo. Paulo Freire dizia, mesmo vivendo numa sociedade desumanizante, não podemos desistir dos nossos sonhos, a nossa luta tem que ser política, para que possamos acordar e superar o atual pesadelo que nos assombra e que a classe dominante reduz a existência do povo”.

Ainda, segundo Freire, que todos possam perceber que a transformação não se faz com anuência dos poderosos donos das multinacionais, dos grandes Bancos, das elites, mas que se faça com mobilização popular, com oposição, com decisão política. Para isso, precisamos de lideranças lúcidas, democráticas, coerentes. Precisamos abrir nossas mentes, precisamos nos educar, como bem coloca Freire, também. É preciso derrotarmos nas urnas esses senhores autores de discursos que prometem aquilo que sabem e que não farão. Daí, a urgência de que a maioria de deserdados e deserdadas, se somem, e lutemos todos em favor da libertação, transformando o mundo ofensivo num mundo mais gentificado.

Do ponto de vista político e ético, é bom que se acrescente: precisamos, sim, democraticamente, derrotar gente como essa, que pensa primeiro em si, segundo em si, e nunca nos outros. Sobretudo se esses pertencem às classes populares.

É o registro que fazemos na tarde de hoje em defesa da classe política, em defesa daqueles que levam a sério a prática e estão em coerência com o discurso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Ângelo Vanhoni**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O PMDB, velho de guerra, tem feito por aí o milagre da multiplicação e da ocultação.

O PMDB, velho de guerra, que tem Deputados nesta Casa que se posicionam contra o pedágio, no entanto gerou no passado, através do processo da concepção, a continuação da sua espécie e votou nesta Casa pela instalação do pedágio no Paraná.

O PMDB, velho de guerra, que faz o processo da multiplicação dos pães e da ração de cavalos na Granja Cangiüiri, têm dito aqui os seus arautos defensores da moralidade pública e da condenação do crime administrativo, quando é praticado pelos outros. Quando é feito por si ou pelos seus companheiros e filiados de partido, passa a ser uma coisa normal e sadia para a administração pública.

A multiplicação dos pães se dá, por exemplo, na Elejor, onde um acordo de acionistas, comandado pelo Procurador-Geral do Estado, transforma e multiplica os pães e os peixes. Não se multiplica os botos, mas os peixes e os pães, sim!

Um acordo inicial no valor de três milhões e 800 mil reais, pasmem, na multiplicação dos peixes e dos pães praticado pelo mar onde vivem os botos, foi para a soma de 38 milhões de reais. Só dez vezes mais.

Aí, o arauto da moralidade, instalado na Granja Cangiüiri, alimentando seus cavalos às custas do erário, não se manifesta. Não oferece ele o troféu do Severino com a cabeça de rato ou cabeça de gato, para quem quer que seja.

O arauto da moralidade pública que frequenta as Cataratas do Iguaçu em companhia daqueles que lhe presenteiam com vinhos, com uísques e com armas perigosas, que nós vamos tratar na sequência. O arauto da moralidade, que frequenta em companhia daqueles que votaram o pedágio, que caminha ao lado daqueles que levemente inelegíveis, se tornam ou se tornaram. Aí pode, tudo pode!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós vamos encaminhar, através da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania e Defesa do Consumidor, à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, o acordo da Elejor.

Copel, Elejor, multiplicação de pães, peixes e botos...

**O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni)**

Sr. Deputado, o seu tempo se esgotou, mas vou lhe conceder mais trinta segundos para que conclua o seu raciocínio.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Fico muito honrado da sua concessão e generosidade, Deputado Vanhoni.

Para concluir, eu acredito que o tempo não é de corrupção; que o tempo não é aquele em que se fazia, se desfazia e nada se punia. O mar não está para peixes, mas também não está para botos!

Sr. Presidente, a Comissão de Direitos Humanos e Consumidor vai encaminhar para que a Promotoria tome as devidas providências e responsabilize, civil e criminalmente, este acórdão que foi feito lá no fundão do Rio Jordão entre o Estado, representado pelo Procurador e Presidente do Conselho dessa empresa, Dr. Botto de Lacerda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni)**

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Deputado Tadeu Veneri.

***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

**O SR. TADEU VENERI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O motivo que me traz à tribuna é a decisão tomada, no dia de ontem, pelo Conselho Nacional de Justiça, uma vez que o mesmo decidiu proibir a contratação de parentes (nepotismo) no Judiciário brasileiro. Isso, Srs. Deputados, vem ao encontro do projeto que apresentamos, algum tempo, para alterarmos a Constituição do Estado do Paraná e que teve, na última semana, aprovado o seu regime de urgência para votação, para que o Presidente Hermas Brandão designe uma Comissão Especial que irá analisar, primeiro, a admissibilidade, depois remetê-la à CCJ, para que possamos votá-lo, neste plenário.

É um fato histórico dentro da estrutura do Judiciário brasileiro. Pela primeira vez, nós temos, não apenas uma manifestação contrária ao nepotismo, mas temos, após uma reunião que ocorreu no dia de ontem, uma decisão do Conselho Nacional de Justiça, uma decisão que não foi tranqüila, e que deverá ser ratificada na sessão do colegiado no dia 18 de outubro. Uma decisão que abre, definitivamente, o caminho para que nós, da Assembléia Legislativa, possamos, o mais rápido possível, votarmos a Emenda Constitucional que porá fim, a uma prática que o espaço público não comporta e que a Constituição Federal textualmente proíbe, quando diz que devemos ter, na contratação pública a impessoalidade, e que devemos ter o preceito da moralidade respeitado. E entendo assim, que a ação que foi solicitada pela Anamatra e também pelo Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, que impetraram no Conselho Nacional de Justiça, que teve acolhimento, fará com que nós aqui do Paraná também possamos votar, assim como já foi feito e aprovado no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso, em Santa Catarina, e agora está sendo votado no Rio de Janeiro e São Paulo, uma emenda que proíbe, definitivamente, a prática do nepotismo, não apenas na Assembléia Legislativa, mas também no Judiciário, no Ministério Público, no Tribunal de Contas e no Executivo.

Falo isso, porque a prática do nepotismo tem sido no Estado e na Nação um método para acomodar, muitas vezes, familiares que não necessariamente - e não fazemos nenhum pré-julgamento - têm a competência para

exercer aquele cargo, mas que o exercem, tanto a nível do Judiciário, do Legislativo, do Executivo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, pela razão de parentesco.

Então, a decisão tomada ontem pelo Conselho Nacional de Justiça e, como falei aqui, deverá ser ratificada no próximo dia 18 no Pleno, é uma decisão histórica para o nosso país. Pela primeira vez nós temos uma decisão textual, uma decisão feita e que não cabe recursos para que os desembargadores, os promotores, os juízes, em um prazo de noventa dias, após o dia 18 de outubro, possam exonerar aqueles que não tenham sido contratados por concurso público e que, após isso, tenhamos que abrir, nesse espaço, o preenchimento, através de concurso público.

Quero fazer essa consideração, porque parece-me que muitas vezes nós não levamos em conta a quantidade de pessoas que hoje ocupam esses espaços, sem que para eles tenham sido designadas, via concurso público, que é a porta de entrada para esse tipo de contratação. A consideração que queria fazer a respeito disso - repito - é justamente para que nós possamos aqui votar a Emenda Constitucional e aprová-la e, obviamente, ela não depende de sanção, mas ela é aprovada aqui e altera a Constituição Estadual e, com isso, reparamos o que me parece um equívoco, que já há bastante tempo na história da nossa República e na história do nosso Estado vem acontecendo e que entendo que nos últimos anos tem sido duramente contestada.

Que possamos fazer um reparo definitivo na Constituição Estadual.

**O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni)**

Próximo orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

Antes, temos a honra de registrar a presença do Prefeito de Sabáudia, Sr. Almir, e seus secretários, que lisonjeiam a Assembléia Legislativa com as suas presenças. Também estão presentes os representantes de entidades que trabalham com a área do cinema, do cine e do áudio aqui no Estado do Paraná, o Geraldo e o Paulinho Munhoz.

Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa!

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado José Maria Ferreira.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Pela Ordem)**

Também gostaria de registrar aqui a presença do Vereador de Sabáudia, Márcio Caetano da Silva, e do nosso companheiro, Vereador de Sertanópolis, Carlos Luis Oporto Júnior.

E, de São Sebastião da Amoreira, temos aqui o Prefeito Jorge Takasumi, os Vereadores Ednei Marcelo, Agnaldo dos Santos e Francisco Barbosa Lopes.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni)**

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Está com a palavra o Deputado Reni Pereira.

## ***Deputado Reni Pereira (PSB)***

**O SR. RENI PEREIRA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna para falar do item 18 da nossa pauta de hoje. É um projeto que certamente vai contribuir para a geração de empregos na nossa Cidade de Foz do Iguaçu. Mas, eu subo a esta tribuna para demonstrar que não é um projeto bairrista nosso, dos Deputados de Foz do Iguaçu, do Deputado Dobrandino, do Deputado Chico Noroeste; é um projeto para o Paraná e para o Brasil.

Faço questão de demonstrar isso para os nobres Pares desta Casa, até a título de esclarecimento, para que não pensem que nós estamos levantando essa bandeira para defender unicamente os milhares de desempregados que tiveram como o arrocho da Receita Federal a única atividade, que lhes era propiciada, sacrificada, que era a de trabalhar como "laranjas".

Desde o ano passado, a fronteira está sentindo todo o tipo de fiscalização dos órgãos públicos federais, estaduais e até municipais, no que diz respeito ao combate de contrabando. Alguns Parlamentares que para lá foram, puderam perceber que realmente não passa quase nada ou muito pouco consegue passar nas rodovias, no aeroporto, graças ao arrocho e à intensa fiscalização até do Exército Brasileiro.

Assim, o número de computadores ilegais comercializados no Brasil diminuiu 9%. Baixou de 74% para 65%. Significa que por algum lugar continua entrando a informática através do contrabando no Brasil, e o Governo Federal, através de medidas simples, conseguiu fazer com que a isenção do PIS e do COFINS em computadores até dois mil e quinhentos reais fosse praticada pelos fabricantes nacionais, com que, computadores até uma determinada potência também tivessem uma isenção de outro tipo de tributo federal. Só que tudo isso faz com que os cinco maiores produtores do Brasil e a maior indústria de computadores, que é aqui do Paraná, a Positivo Informática, detenham apenas 20% do mercado, porque a maioria continua entrando por Cidade de Leste, que é o maior pólo revendedor desse tipo de mercadoria na América Latina.

Por isso esse projeto, Sr. Presidente, não é um projeto para Foz do Iguaçu; é para o Brasil, porque, a partir do momento em que essas peças e componentes eletrônicos puderem entrar para as indústrias localizadas em Foz do Iguaçu com um diferimento do imposto e ali se agregar o valor da mão-de-obra, o valor do software produzido no Paraná - e eu agradeço a emenda do Deputado José Maria Ferreira, no sentido de incluir no projeto a necessidade de agregar um software brasileiro, preferencialmente de alguma incubadora tecnológica - a partir desse momento nós vamos concorrer com a ilegalidade, porque existem hoje, no Brasil, apenas 12,5% dos domicílios com um computador em casa. Existe um campo de crescimento de mais de 300%. E o avanço nessas áreas nos permite dizer que quem tem computador hoje, daqui,



no máximo um ano e meio, dois anos, vai querer mudar o seu computador.

E, se não prepararmos um pólo tecnológico no Brasil, e eu digo que Foz do Iguaçu é propícia para isso, porque é por lá que entra, é a porta de entrada do contrabando, nós vamos estar daqui a dez, vinte anos, ainda sendo alimentados pelo contrabando! Mas, se formos inteligentes e acrescentarmos à lei federal essa estadual, no que diz respeito ao ICMS, entrando sem o pagamento de impostos, e na saída ter um crédito presumido de 80%, com certeza nós vamos estar possibilitando o desenvolvimento da indústria nacional. E daqui a dois, três anos, nós teremos condições de oferecer à população paranaense e brasileira, um produto genuinamente nacional e até estarmos exportando, com preços, com qualidade e com competitividade.

E no que diz respeito à arrecadação, estaremos quintuplicando a arrecadação de ICMS nesse setor do Estado do Paraná.

Então, é bom para o Paraná, do ponto de vista fiscal e tributário; é bom para o Paraná, no sentido de desenvolvermos a indústria e é bom para o Paraná, no sentido de dar uma esperança à população que hoje pede misericórdia, em Foz do Iguaçu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni)

Passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário do PDT, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

### ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos apresentando um requerimento à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa a ser enviado ao Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Exmo. Sr. Aldo José Parzianello e também ao Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazzari, pedindo providências para identificação e punição aos agressores que vêm agindo no centro de Curitiba, contra negros e homossexuais que foram feridos nos últimos dias por grupos racistas denominados skinheads. Eles estariam panfletando e pichando alguns pontos da Capital com mensagens discriminatórias e anti-raciais.

Gostaríamos, inclusive, de contar aqui com a solidariedade do Deputado José Domingos Scarpellini, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, contra este tipo de atitude, porque hoje estão agindo contra negros e homossexuais e amanhã poderão agir contra qualquer outra pessoa ou qualquer outra minoria que venha sofrer com estas atitudes nazistas, eu diria até, seja por parte deste grupo skinheads, seja por parte de outros grupos

que, costumeiramente, agem contrário à cidadania, aos direitos individuais da pessoa humana.

Então, Deputado Scarpellini, V. Exa. que é Presidente dessa Comissão, gostaria que houvesse o encaminhamento por parte de V. Exa. Quero cumprimentar, inclusive, o Presidente desta Casa, Hermas Brandão, que está propondo, na próxima terça-feira, a realização de uma audiência pública para tratar justamente dessa questão, do racismo, e o Paraná poderá ter, segundo o próprio Presidente Hermas, tem a intenção de, depois que todos os trâmites legais sejam observados, a primeira Delegacia Anti-Racismo do Brasil. Acho que será uma conquista para todos nós, paranaenses e brasileiros, neste momento.

Gostaria também, Sr. Presidente Ângelo Vanhoni, de fazer a defesa do Deputado que é liderado por nós e que temos aprendido muito com ele, Deputado Neivo Beraldin, que foi agredido verbalmente numa solenidade em que o Governador Roberto Requião presidia, no Município de Piraquara.

Não podemos aceitar esse tipo de comportamento que já é costumeiro do Governador Roberto Requião, como fez com Francisco Cunha Pereira, da Gazeta do Povo e da RPC, como já fez com outros Deputados desta Casa em outras oportunidades. Mas, em relação ao nosso companheiro Neivo Beraldin, fica a nossa solidariedade e gostaria de deixar claro que devemos tomar algum tipo de atitude, de providência.

Concedo o aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Deputado Barbosa, ouço com atenção as suas colocações e quero dizer que este estilo do Governador Roberto Requião é um estilo que acaba agredindo as pessoas. Aonde ele vai sempre tem que fazer uma brincadeira de mau gosto com as pessoas. Vai a Ponta Grossa; ele acha alguém para ser o alvo das suas brincadeiras. Eu pessoalmente, já fui. Vai a Londrina, acha alguém, acha alguém; vai a Cascavel, a mesma coisa. Aonde ele vai, faz uma brincadeirinha de mau gosto com alguém. Lembro-me como se fosse hoje que na Fazenda Rio Grande, na inauguração de uma escola, ele fez uma brincadeira de mau gosto com o Deputado Geraldo Cartário.

E agora essa brincadeira de mau gosto também com o Deputado Neivo Beraldin. Esse é um estilo dele, que não dá para aceitar. Só tem um jeito para ele respeitar. Eu já aprendi: é enfrentá-lo de igual para igual. E quem sabe poderia contar -se não fosse falecido - como tem que agir com o Roberto Requião era o empresário Ciro Frari, que mostrou a ele como é que tem que agir no momento em que ele vem com essas brincadeirinhas de mau gosto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço o aparte do Deputado Plauto Miró Guimarães.

Acho até que tenho a minha opinião em relação a tudo isso. Para mim isso não é estilo, é falta de educação.

Para mim isso não é brincadeira de mau gosto, é agressão. Principalmente sendo um Governador do Estado numa cerimônia oficial onde várias autoridades municipais e estaduais estavam presentes! Um Deputado que está há 25 anos nesta Casa, que presta um excelente serviço ao povo do Paraná, tanto como Deputado, como cidadão, como homem, como chefe de família e como empresário que orgulha o Brasil inteiro.

**O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Agradeço a manifestação que V. Exa. faz na tribuna, neste momento. Isso enaltece o Parlamento, a nossa Casa. Também sou solidário ao Deputado Neivo Beraldin, que foi vítima de uma das agressões e das colocações malfadadas do Governador.

O Governador Roberto Requião perde o amigo, mas não perde a piada. Outro dia, lá em Arapongas, inaugurando as casas populares, ele virou-se para o Romanelli e disse: “Romanelli, o quarto desta casa popular está muito pequeno”. Aí ele olhou e disse: “Mas pobre é igual a cavalo; pode dormir em pé”. Os jornalistas que participavam do encontro são testemunhas. Ele falou isso: “pobre é igual a cavalo; pode dormir em pé”. É que ele está acostumado com os cavalos da Granja do Cangiúiri. Já tem até um projeto aí para transferir os cavalos para a Granja do Torto, em Brasília, se ele for eleito Presidente da República. Coisa que nós achamos um pouco difícil. Mas é próprio dele fazer essas maldades com as pessoas.

Lembro que ele ia lá, no Governo passado, na região, e certa feita ele estava com um Prefeito de oitenta anos de idade em cima do caminhão e falou: “olha, a senhora 1ª dama precisa cuidar do Prefeito, que ele tem um grande projeto para Curitiba, que é o Metrô”. Aí criou um constrangimento, porque todo mundo começou a rir. A senhora, que hoje é viúva do Prefeito Cabral, lá de Nova Itacolomi, virou para uma pessoa e perguntou: “o que é esse tal de Metrô?” E falaram: “é uma boate que tem lá em Curitiba”. Ela, com setenta e tantos anos, quase se desquitou do marido, por causa da brincadeira do Governador Requião.

Mas, ele vem brincando assim com o povo do Paraná já faz muito tempo. Na campanha ele falou que ia baixar ou acabar com o pedágio. Não acabou. Falou que ia administrar com seriedade o Paraná. E o Porto de Paranaguá, é o contra-senso de tudo isso! Ele combate quando alguém nomeia um parente, e no entanto, ele traz a família inteira dele para dentro do Governo! Aí ele pode! Ele é o que pode tudo, ele pode mentir, ele pode falsear! Ele combatia o Governo anterior e o do Álvaro Dias dizendo que era um governo de mídia! O dele hoje, se desligar a televisão, acaba o Governo, porque é um Governo que só está na televisão, nas rádios e nos jornais!

As estradas do Paraná são uma mentira; as escolas, outra mentira. Não tem uma creche construída no Governo dele, no Paraná inteiro! Não tem um município que venha recebendo algum fundo perdido do Governo

do Estado, porque é tudo por endividamento, e ele fala que é a favor da agricultura paranaense! Qual projeto de agricultura ele fez durante esse governo, Deputado Barbosa Neto? Qual projeto realmente vem sendo executado? É um Governo de ficção!

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Agradeço o aparte do Deputado José Domingos Scarpellini.

Concedo aparte ao Líder do Governo, Deputado Dobrandino.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Obrigado, Deputado Barbosa Neto.

Primeiro, quero dizer que é mentira o que diz o Scarpellini. Aliás, gostaria de responder como respondeu o ex-Presidente do Congresso, Severino Cavalcanti, dada a insignificância...

**O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

São dez minutos. O tempo está encerrado, Sr. Presidente.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

O Governo Requião até pode ser odiado por ele, mas não o é pela maioria do povo do Paraná e tem sucessivas e brilhantes vitórias nas suas campanhas.

Então, dizer das estradas, é mentira, não tem a menor importância, porque o povo pensa diferente!

**O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Questão de Ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni)**

Para Questão de Ordem, com a palavra José Domingos Scarpellini, se for Questão de Ordem.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Pois é. Ele me disse que sou mentiroso.

Quero dizer que não sou mentiroso, porque o que eu falei, eu sustento. Não sou como quem promete e não cumpre!

**O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni)**

Deputado Barbosa Neto, vou lhe conceder trinta segundos, porque o aparte que V. Exa. concedeu ao Líder do Governo já estava dentro do seu prazo estourado.

Gostaria que concluísse o seu raciocínio em trinta segundos.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Muito obrigado, Sr. Presidente Ângelo Vanhoni.

Não sei se o Deputado Neivo Beraldin gostaria de trazer algum tipo de esclarecimento, mas infelizmente...

**O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni)**

No aparte não é mais possível.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço e só quero finalizar aqui, dizendo que na condição de Líder do PDT, toda vez que tiver algum tipo de Deputado que seja agredido verbalmente como aconteceu, temos a obrigação de sair em sua defesa. Nem tinha conversado com o Deputado Neivo Beraldin, mas presto a nossa solidariedade, juntamente com os Deputados Plauto, José Domingos Scarpellini, porque não podemos admitir que acusações sejam feitas contra uma pessoa de conduta ilibada como é o Deputado Neivo Beraldin!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni)

Antes de passar para o próximo Partido que fará uso da liderança, gostaria de registrar a presença do Vereador do PP de Santa Terezinha de Itaipu, que nos alegra a todos e à Assembléia Legislativa do Paraná, Izanildo Brambati. Seja bem-vindo a esta Casa.

Com a palavra, o Líder do PFL, Deputado Plauto Miró.

### ***Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Só para esclarecer o meu aparte. Quando eu falei do empresário falecido, nosso amigo Ciro Frare, o que ele fez com o Governador Roberto Requião? Deu um cruzado de direita no queixo dele que o deixou adormecido no saguão do Hotel Bourbon na cidade de Londrina!

Quero me manifestar em cima das brincadeiras de mau gosto que o Governador Roberto Requião tem feito nos quatro quadrantes do Estado do Paraná. Na terça-feira agora, mais uma brincadeira, contra a imprensa do nosso Estado, contra o jornalista Francisco da Cunha Pereira, onde ele, Governador Requião, inventou um troféu que tem a cabeça do Deputado Severino e o corpo de um rato e diz que esse troféu seria entregue ao Dr. Francisco porque ele não vem cumprindo com o dever de jornalista e está faltando com a verdade nos seus meios de comunicação, meios de comunicação estes que são a Gazeta do Povo e o Canal 12, a Rede Globo de Televisão.

Aqui eu quero contar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o porquê da briga do Governador Roberto Requião com o Dr. Francisco. Quero falar da importância que tem a Gazeta do Povo, o Canal 12 e a coragem do Dr. Francisco da Cunha Pereira para a nossa cidade de Ponta Grossa. Quero dizer a todos vocês: a saúde de Ponta Grossa vai mal. Está morrendo gente diariamente por falta de leitos de UTI que é uma obrigação do Governo do Estado do Paraná oferecer para os moradores do Estado! Leitos esses, gratuitos, dentro de um pagamento que é feito pelo SUS, do Ministério da Saúde.

Já no mês de junho Deputado Ângelo Vanhoni, que preside a Sessão nesse momento, novamente: “Até recém-nascidos estão na fila da UTI”.

Eu quero ler aqui um trecho, da Superintendente do Hospital Santa Casa, que ela diz: “A UTI Neonatal da Santa Casa de Ponta Grossa foi inaugurada, em abril, do ano passado. Desde então, segundo a Diretora Executiva da Unidade, Sheila Mainard, “a ocupação é de 100%. Assim que um bebê ganha alta, o leito já é ocupado”. Para ela, essa é a prova da necessidade de novas vagas de UTI’s na cidade de Ponta Grossa, em especial, leitos Neonatal.

Uma outra matéria da Gazeta do Povo: “Relatório aponta 31 mortes na espera de leitos, na cidade de Ponta Grossa, de setembro a julho de 2005”.

Trinta e uma mortes, por falta de leitos na UTI! Não é coisa do Governo passado, é coisa do Roberto Requião! Não adianta virem aqui e querer dizer que é problema do Governo anterior!

Novamente, a Gazeta do Povo traz a denúncia, de que a cidade de Ponta Grossa é uma das que, proporcionalmente, menos leitos de UTI tem, comparados com Londrina, Maringá e Cascavel.

Também temos aqui, nesse levantamento, dados da Associação Médica Brasileira, Deputado Nelson Justus, que mostra que para a população do Paraná é necessária, no mínimo, mais de 1.195 leitos de UTI’s atendidas pelos SUS e, hoje, nós só temos 956. Se o mínimo é praticamente 1.200, nós só temos 956!

Agora no mês de agosto, novamente, o jornal Gazeta do Povo, denuncia que vaga em UTI’s no Paraná, continuam sendo insuficientes”.

Novamente, no dia 26 de agosto: “Falta de UTI’s pode gerar ações judiciais.”

O Promotor Público de Ponta Grossa o Dr. Fuad Farage está entrando com uma ação Civil Pública contra o Governo do Estado do Paraná, porque continuam morrendo pessoas, em Ponta Grossa, por falta de leitos de UTI’s.

Agora no dia 26 de setembro, depois de toda essa onda de denúncias, dos reclames dos médicos de Ponta Grossa, do alerta que a população traz, dos nossos pronunciamentos, na tribuna da Assembléia Legislativa, o Secretário Cláudio Xavier foi na cidade de Ponta Grossa e disse, Deputado Ângelo Vanhoni, está no site aqui da agência do Estado: “O Governo do Paraná negocia a possibilidade de abrir mais leitos de UTI’s na cidade de Ponta Grossa.”

Então a verdade é uma, o Dr. Francisco da Cunha Pereira, através dos seus meios de comunicação, vem cumprindo o seu dever jornalístico que é mostrar a verdade, mas me pasma o Requião, Governador do Paraná, agredir aqueles que denunciam as más ações do seu governo!

Eu não posso aceitar! O Requião quer um governo do jeito dele, quer os meios de comunicação que ajam de acordo com a sua consciência, com a sua vontade.

Alguns ele consegue, mas a grande maioria, ele não consegue. Está aqui a prova da briga. Está aqui a prova daquilo que a Gazeta do Povo, pelas mãos do Dr. Francisco, tem feito em defesa dos pontagrossenses, mostrando os problemas que lá existem. E a retaliação do Governador não demorou muito e veio a galope.

#### O Sr. Nelson Justus (PFL)

Quero apenas modestamente completar o discurso de V. Exa. por concordar quando o senhor diz, aliás, na Sessão de ontem, com muito equilíbrio, o Deputado Valdir Rossoni adotou essa moção de repúdio, de tristeza por um grande jornalista. O Governador Roberto Requião, além de tudo é jornalista, e na tarde de ontem, nós ouvimos aos berros o Deputado Moura enaltecendo a entrada do Deputado Moraes no velho MDB de guerra, que até hoje não sei que guerra é essa, mas é uma guerra.

Se uma das guerras, uma das grandes batalhas do MDB foi à liberdade de imprensa, foi contra o totalitarismo, foi a ditadura, foi contra essas aberrações, ficamos sentidos, magoados, entristecidos ao ver o Governador Requião macular a imagem de um homem que tem feito muito bem ao nosso Estado.

Eu não escondo e todo mundo sabe do meu apreço e amizade pelo Governador Requião, mas há momentos que os amigos têm que dizer aberta, clara e publicamente “menos, Requião”. Nós temos que ter a humildade de entender que nem tudo que a imprensa escreve é para nos agradar. A imprensa tem o sagrado dever de colocar acima de tudo a verdade daquilo que ele acha que é verdade.

Tenho muito orgulho Deputado Plauto, em ser neto do fundador do jornal Gazeta do Povo e não posso entender e entendo que toda família jornalística se sentiu ofendida com uma brincadeira de mau gosto. E que não fica de bom tom para quem quer governar o Estado e presidir o País.

Não foi bom para o Governo, não é bom para esta Casa assistir quietamente a isso. Por isso, cumprimento V. Exa., cumprimento o Deputado Valdir Rossoni pela maneira fidalga e correta com que adotou essa postura ontem. Eu que não estava em plenário, mas ouvi do meu gabinete, fiz questão de assinar essa moção de apoio ao Dr. Francisco da Cunha Pereira, num momento de infelicidade do Governador que deve, seguramente, estar arrependido.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Está registrada a preocupação da população de Ponta Grossa com relação aos maus atendimentos da área de saúde, que é proporcionada pelo Governador Roberto Requião.

Quero dizer aqui, para concluir, que esse troféu que o Governador arrumou aí com a cabeça do Severino, que fique para ele! Acho que está bem representado ficando nas mãos dele, para colocar junto com os demais

troféus que ele deve ter ganhado no decorrer dos últimos anos!

Obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Ângelo Vanhoni)

Concedo a palavra ao Deputado André Vargas do PT.

### *Liderança do PT: Deputado André Vargas*

#### O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem não estive presente à Sessão. Todos sabem, a nossa Londrina, nós tivemos a perda da companheira Regina Micheleti. Não só esposa do nosso Prefeito, mas também uma companheira do Partido dos Trabalhadores.

Mesmo após a eleição do Prefeito, ela continuou na sua rotina, no seu trabalho, funcionária da UEL, demonstrando ser despojada das evidências e da natural notoriedade em função de primeira dama.

Perdemos ontem uma grande companheira.

Faço uso deste momento para fazer as minhas homenagens. As homenagens devidas pela forma carinhosa, serena, humilde, orientadora que a companheira Regina Micheleti sempre se posicionou nas décadas que tivemos o privilégio de conviver.

Passava por uma provação, sim. Provação daqueles que neste mundo, naturalmente pelo processo de desgaste da vida, mesmo muito jovem, passou pela doença do câncer. E agora, tendo já superado essa fase mais difícil, foi acometida de um mal súbito e rapidamente o Criador a levou do nosso convívio.

Faço essa homenagem, não só como companheiro, mas como militante do PT e como Presidente do PT do Paraná.

Ontem a cidade de Londrina esteve emocionada. Nós nunca tivemos um episódio como esse, pelo menos nos últimos trinta anos, quando a autoridade máxima do município teria passado por uma provação dessa.

Observa-se na força e na energia serena do nosso companheiro Nedson Micheleti as condições, não só para superar essa perda, mas para continuar conduzindo o Município de Londrina com equilíbrio, com moderação, porque a vida na política, todos nós passamos por isso.

Muitas vezes estamos ausentes em casa. Muitas vezes nossa mulheres têm função dupla, muitas vezes são pais e mães. É nesse momento duro da partida que fazemos essa reflexão.

Fiz ontem essa reflexão, percebendo que podemos disputar posições políticas aqui, mas não podemos e não devemos levar as disputas políticas para o campo pessoal. Tudo é muito passageiro. Passageira é a vida, como passageiro é o mandato, que deve ser exercido com denodo, com dedicação e honra, pois há um mandato superior, que é o mandato de seres humanos, de pais e mães que somos.

Muitas vezes a vida na política, o calor na disputa nos faz esquecer a nossa condição humana e de servos do Criador.

Ontem, vindo a Curitiba refletir, quantas horas gastando em disputas estéreis, que poderíamos estar gastando nosso tempo com a nossa família! Quanta energia para disputar uma posição política, quando poderíamos, entre nós, acharmos soluções conjuntas para o crescimento do nosso Estado!

Um ensinamento do meu velho pai que ainda tenho o prazer de conviver, depois de um sepultamento, chegarmos em casa, muitas vezes, mais confortado, mais reflexivos, aprendendo muito mais que nos momentos de festa, de congratulações da própria vida pública que nos impõem.

Faço essa homenagem com o coração. Vai uma companheira. Se eu pudesse me dirigir a ela, não diria adeus; diria até breve, porque todos nós temos o mesmo destino, ricos e pobres, homens mandatários da coisa pública ou cidadãos, todos nós.

Por isso, nessa condição, é que devemos sempre saber que o diálogo, a boa convivência e o bom trato é que constroem. Não só constroem para nós; constroem um Estado cada vez melhor.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Ângelo Vanhoni**)

Com a palavra o Deputado Líder do PSDB, Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de comunicar aos Deputados da Casa que o requerimento de moção de apoio está na Mesa para ser subscrito por todos os Parlamentares que assim desejarem.

Quero me reportar a um assunto que é importante voltarmos um pouquinho no passado. Em um determinado dia, vim a esta tribuna e disse que o Governo do Estado usava o dinheiro público para fazer propaganda enganosa. Muitos se rebelaram contra o Deputado Rossoni, outros consideraram o Deputado Rossoni radical pelos seus posicionamentos e, ontem, por curiosidade, assisti à escolinha - até para verificar o fato que tinha ocorrido o troféu implantado no Paraná, agora, troféu Severino Cavalcanti - e ontem ficou comprovado, pela fala do próprio Governador, que a propaganda é enganosa.

Quem não lembra nos pontos de ônibus, como é o nome daquelas placas? Dão um nome meio chique para aquelas placas que colocam nos pontos de ônibus e daí colocam por dentro do vidro...

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

Backlanes, Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Isso mesmo. É muito chique, mas é isso aí!

Quem não lembra que o Governo colocou lá, seis meses atrás, que tinha gerado quinhentos mil empregos?

Subi nesta tribuna e disse que a propaganda era enganosa e, ontem, assistindo à escolinha, antes de ontem, ou semana passada, eu vi o Governador se vangloriando de que foi criado no Paraná em torno de 280 mil empregos. O que é verdade? A propaganda que estava nos pontos de ônibus, de quinhentos mil empregos, ou o que o Governador anunciou ontem?

Outra questão: o Governo anuncia quatro mil quilômetros de estradas. Sabem quanto que o Governo executou de recuperação de estradas no Paraná? Mil e cem quilômetros!

Um Governo que em dois anos e oito meses realizou mil e cem quilômetros, alguém acredita que em um ano vai realizar mais dois mil e duzentos quilômetros para completar os quatro mil quilômetros?

Uma outra questão que eu voltaria a perguntar aos amigos, para que analisássemos juntos: aqui tinha muitos críticos das Vilas Rurais do Governador Jaime Lerner. Há críticos, há pessoas que acham corretas e eu já tenho um ponto intermediário - acho que as Vilas Rurais, dependendo da colocação, é um excelente projeto e, dependendo do lugar em que se coloca, ela não funciona. Esse é o meu posicionamento.

Agora, gostaria de perguntar aqui o que aconteceu com o Secretário da Agricultura do Paraná? O que aconteceu com o nosso Orlando Pessuti?

Não soube de nenhum acontecimento funeral, graças a Deus, mas desapareceu aquele homem robusto, forte, protegido pela sorte, porque gordo, que subia naquela tribuna e falava que o calcário que o Governo distribuía era pouco. Agora pergunto: quanto calcário ele já distribuiu em três anos?

Ele criticava as Vilas Rurais - vamos fazer de conta que o programa das Vilas Rurais também não era bom. Quantas casas foram construídas para pequenos agricultores do Paraná?

A semente, que era distribuída para os pequenos agricultores. Pergunto: o que aconteceu com o Pessuti? Ele ainda vive? Ele ainda está na Secretaria da Agricultura, porque tenho enorme respeito pelo Deputado Pessuti, porque ele era um combatente nesta Casa, era um defensor da agricultura nesta Casa. O que houve com esse nosso amigo Parlamentar, hoje Vice-Governador e, acredito, ainda Secretário da Agricultura?

É a pergunta que faço e deixo aqui para que cada um responda para si esses questionamentos, porque é importante - para quem vive há muito tempo nesta Casa - questionar essas questões.

Concedo um aparte ao Deputado Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Deputado Rossoni, nosso Líder, Líder da Oposição e Presidente do PSDB, eu, como liderado por V. Exa.,

não poderia deixar de cumprimentá-lo pela maneira como está conduzindo esse voto de repúdio ao Governador e de solidariedade ao Dr. Francisco.

Li na Gazeta do Povo e não foi o Dr. Francisco quem mandou fazer a notícia, mas foi o Secretário Waldyr Pugliesi que, como Secretário dos Transportes, foi e deu uma entrevista, lançando um programa de alternativas ao pedágio. E nesse programa de alternativas fazia o asfaltamento na estrada boiadeira, ligando Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste - era uma alternativa. A segunda alternativa - isso a Gazeta do Povo publicou há dois anos e isso era um programa de Governo - seria o afastamento da Rodovia do Cerne, saindo de Bateias e indo a Castro. Não tem um centímetro de asfalto feito em nenhuma das duas estradas lançadas como alternativas ao pedágio, pelo Governo que aí está!

Com relação às casas da zona rural, as únicas casas que estão sendo construídas na zona rural, são as casas dos João-de-Barro, passarinhos que ainda vêm, de maneira laboriosa, construindo as suas casas. Mas, programa de habitação, não só na zona rural, como em todo o Estado, só existem convênios que são feitos e depois jogada a responsabilidade maior em cima dos municípios e em quantidade inferior àquelas duzentas mil casas prometidas na televisão.

Agora, vamos ter um grande programa de obras no Paraná. Novamente, a partir de agora, já está sendo elaborado o programa "promessa de obra", para o próximo Governo que ele pretende implantar no Paraná.

Muito obrigado, e tem a nossa solidariedade!

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para concluir o meu pronunciamento, gostaria só de recordar aos Srs. Parlamentares que a história se repete. No governo anterior eu era Deputado de Oposição, e o Governador percorreu todos os municípios do Paraná prometendo obras. Depois renunciou o mandato, entregou para o seu vice, e 99% das obras não foram realizadas. Eu já vi esse filme e estou vendo que vai se repetir.

Para encerrar o pronunciamento, eles estão prometendo - vejam como tudo é futurista - o Governo agora vai plantar cinco bilhões de árvores, quer dizer, em três anos não plantou nenhuma, vai plantar a partir de agora, cinco bilhões! O futuro vai ser muito bom para este Governo.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, antes que o Deputado José Maria chegue à tribuna, não poderia deixar de registrar nesta Casa que o Município de Ortigueira acabou fazendo um manifesto com mais de mil pessoas reclamando por segurança pública. E relata o Vereador Marcos, e o Chico, que no último mês três mortes já ocorreram por violência no Município de Ortigueira. Sendo esse município um dos maiores com extensão territorial do Estado, tem apenas seis policiais para atendê-lo. O município é situado ao

lado da rodovia, portanto, carece de uma atenção especial. E eu, neste curto espaço de tempo que V. Exa. me concede a palavra, vou fazer de viva-voz a solicitação ao Líder do Governo, Deputado Dobrandino, e também remeter a mesma solicitação ao Secretário da Segurança Pública, porque se trata de uma questão de urgência. O Município de Ortigueira, a sociedade organizada, se manifesta no sentido de que o Governo solucione aumentando o efetivo da Polícia Civil e Militar e também com mais viaturas para dar um alento àquela população.

#### O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sra. Presidente, o Deputado José Maria também já recebeu e nós estamos recebendo aqui a presença do professor José Lemos, o qual faz um convite a todos os Deputados, inclusive à Sra. Presidente, para que estejamos na sexta-feira, no Hotel Caravele, onde será dado posse à nova diretoria da APP.

O Deputado Hermas Brandão já nos pediu, inclusive, que estivéssemos lá.

Então, só estou fazendo um comunicado à Casa de que na sexta-feira estará sendo dada a posse à nova Diretoria da APP, que venceu as eleições, a chapa 01, com 65% dos votos.

Muito obrigado!

#### O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Sra. Presidente, eu só gostaria de comunicar à Casa que na sexta-feira, às 14h00, haverá reunião da Amuvia - Associação dos Municípios do Vale do Ivaí. Eu gostaria de convidar todos os Deputados, em nome do Prefeito anfitrião de Novo Itacolomi, para que lá pudéssemos comparecer.

Muito obrigado!

### ***Liderança do PMDB: Deputado José Maria Ferreira***

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Também quero trazer uma comunicação à Casa de que, na terça-feira, dia 04 de outubro, a partir das 08h30, no plenarinho da Assembléia Legislativa, estará acontecendo audiência pública para acompanhar as construções das hidrelétricas do nosso Estado.

Até 2015, o projeto do Governo Federal, construir no Paraná, 42 usinas hidrelétricas. E é bom que esta Assembléia possa acompanhar e possa ter o seu juízo de valor a respeito de todo e qualquer um desses investimentos que serão realizados no Paraná.

Estivemos na semana passada em Brasília, na quarta e na quinta-feira, em visita à Aneel, audiência Aneel, e também ao Ministério das Minas e Energia, justamente para coletar informações a respeito da audiência pública que teremos na próxima terça-feira para a qual todos os Deputados e Deputadas estão convidados.

Sr. Presidente, utilizo o Horário da Liderança do PMDB para inclusive exercer aqui uma das condições que deve ser deste Plenário: a da denúncia e da resposta, porque eu entendo que a resposta é, sem dúvida nenhuma, um respeito para com o Deputado que trouxe o problema.

No dia 19/09, o eminente Deputado, brilhante Barbosa Neto usou da tribuna para justamente colocar um problema que surgiu a nível nacional com relação às seguradoras. A Interbrasil, que foi vencedora de uma licitação junto à Copel, nossa Companhia de Energia Elétrica, e assim se manifestou o Deputado Barbosa Neto, segundo os dados das notas da nossa taquigrafia:

“O assunto que mais chamou atenção nesta Casa foi o fato de a Copel ter assinado um contrato de seguro com a empresa Interbrasil, empresa esta que foi liquidada pela Superintendência de Seguros Privados, a Susep. Este fato ganhou a mídia nacional e causou certo alvoroço por parte de alguns membros desta Casa. A Copel, como outras empresas que formavam o cartel da Interbrasil, perdeu dinheiro, isso é, isto está se tornando uma mania. Há pouco tempo a Copel já havia levado uma grande invertida no setor financeiro, investiu, pesadamente, no Banco Santos, que foi liquidado pelo Banco Central por gestão fraudulenta, e agora não se sabe quando, se é que teremos de volta esses recursos. Não sabemos quanto, ao certo, a Copel perdeu na jogada, nós,” - continua o Deputado Barbosa Neto - “já fizemos um requerimento, mas o Governo se nega a nos informar e a informação que recebemos do Senado da República, estimulando-se aí que a Copel e a Sanepar tenham perdido algo em torno de 180 milhões de reais. Ora, é um valor extremamente preocupante e levaria, com certeza, a uma análise muito mais detalhada, muito mais sensata, de qualquer um dos membros da Casa, porque 180 milhões de reais para um fundo de pensão, quer seja ele poderoso como da Copel ou da Sanepar, é um valor extremamente representativo.”

Com respeito ao Deputado, com respeito a esta Casa e usando o horário da Liderança do PMDB, o Governo, através da Copel, encaminha uma documentação para que nós pudéssemos esclarecer à Casa, ao Deputado e à sociedade.

Deputado Neivo, parece que busca um aparte.

Se for breve, eu lhe concederei antes de começar a discussão e depois o Deputado Barbosa Neto.

#### **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Muito breve, sim.

Na verdade, houve aquilo que já falamos no passado, a ordem para que o dinheiro fosse investido no Banco Santos e o Banco Santos levado à falência teria, segundo informação da Copel, um prejuízo em torno de 37 milhões de reais, por aí.

A Sanepar teria apenas o Banco Santos como agente regulador dos recursos da Fundação. Essas são as informações que nós tínhamos, então 37 milhões me parece que foram mesmo para o ralo, mas não 180 e não

a Sanepar. Em relação à Emater, três milhões e oitocentos.

#### **O Sr. Barbosa Neto (PDT)**

Deputado José Maria, se houve realmente talvez essa confusão dos números, não partiu deste Deputado porque isso se tornou público, a imprensa publicou esses números que foram divulgados pelo Senado da República, através do Senador Álvaro Dias.

Mas acho até oportuno esclarecer se foram 180, ou se são 37 milhões. Realmente trata-se de recursos exponenciais. E quem sabe, até possamos propor aqui dentro desta Casa, já que há um clima ou essa vontade para que a gente dirima todas essas dúvidas, uma Comissão Parlamentar de Inquérito como a imprensa já tem noticiado. Acho até que o Deputado Valdir Rossoni, que neste momento se encontra na tribuna da imprensa, possa até falar em nome da Oposição, porque é um assunto palpitante e se trata de recursos públicos, sejam fundos de pensão ou não, das principais empresas paranaenses.

Agradeço o aparte.

#### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)**

Mas o objeto do nosso pronunciamento não é com relação aos fundos de pensão da Copel. É, sim, sobre a Interbrasil, - que foi objeto de fala do dia 19, do Deputado Barbosa Neto - que se submeteu a uma concorrência pública com edital no valor máximo de quatro milhões e setecentos mil reais. Participaram dessa concorrência pública dezessete empresas. Retiraram o edital de licitação e das quais efetivaram a sua proposta a Internet Seguradora S.A., a Sul América Companhia Nacional de Seguros S.A. e a Unibanco AIG Seguros S.A. Também participaram, tendo seus representantes, mas não apresentaram nenhuma proposta, a Bradesco Seguro S.A. e a Corresul Corretora de Seguros S.A. Ltda.

Ora, dizendo que porque a Interbrasil quebrou, já atribuiu-se responsabilidade à Copel! Só porque houve o problema, já achou que o Governo ou a Copel teriam responsabilidade! O objetivo nosso, aqui, é esclarecer que o Governo, através da Copel, teve todo o cuidado e toda a preocupação e foi zeloso, porque simplesmente cumpriu o que estabelece a Lei 8666/93, que é com relação às licitações. Cumpriu rigorosamente, porque solicitou ao instituto de resseguros a condição de que estava a empresa Interbrasil, habilitada. Solicitou do IRB, se essa mesma empresa fez, estava com a quota que lhe foi devida. E ela só reteve sob a sua responsabilidade, repassou o seguro de 99,27%. Então a Interbrasil ficou com a responsabilidade do patrimonial, de cem mil reais, Deputado José Scarpellini, o resto ele repassou tudo. E este seguro é para bens.

O meu tempo acabou. Eu agradeço.

Concluo em outra oportunidade.

#### **A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)**

Horário da Liderança do Governo, Sr. Deputado Jocelito Canto.

## ***Liderança do Governo: Deputado Jocélito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acompanhei atentamente o pronunciamento do Deputado Plauto Miró e preciso discordar com alguns dados apresentados aqui por ele. Estamos vivendo um momento que antecede às eleições do ano que vem. E é claro que na iminência de se dizer que o Governo não vai bem, se faz comentários aqui, e é preciso que haja justiça, porque o papel da Oposição, principalmente ao Governo, é de questionar, de levantar as dúvidas, mas acho que não é papel da Oposição, trazer dados que não são verdadeiros e querer se promover exatamente em cima daquilo que não é verdadeiro.

Senão vejamos: falamos da saúde de Ponta Grossa. Claro que a saúde de Ponta Grossa deve sempre melhorar, e ainda acho que não chegou no lugar que merece, mas alguns avanços foram conseguidos.

No início de 2003, Ponta Grossa tinha apenas dezessete leitos de UTI. Logo na sequência, o Governo do Estado instalou dez novos leitos no Hospital Cidade; seis leitos, no Hospital Bom Jesus; quatro na Santa Casa; dez no Vicentino e mais seis leitos na Santa Casa, de leitos neonatal como nunca na história de Ponta Grossa.

O Governo chegou ao ponto de colocar os leitos e credenciar aqueles colocados, pagando sem ter o credenciamento de Brasília. Estavam credenciados diretamente pelo Estado.

Na sequência, aumentando a demanda, o Governo do Estado autorizou a colocação de mais leitos e agora, autorizou e só depende da Santa Casa, a colocação de mais quatro leitos neonatal. Vamos a dez leitos neonatal para as nossas criancinhas.

Está autorizado também, Sra. Presidente, e estive junto com o Secretário e isso foi uma conquista nossa, a colocação de mais dez leitos que a Santa Casa vai colocar, e mais dez leitos que estão à disposição do Hospital Bom Jesus, sendo que o Secretário Cláudio Xavier se comprometeu a pagá-los sem credenciamento.

Há uma resolução do Secretário que vale para todo o Estado do Paraná, Srs. Deputados talvez, muitos não saibam disso. Há uma resolução que diz que, quando faltar leito de UTI, o Estado bancará em qualquer local, seja ele particular ou não, para que a pessoa não pereça. Está autorizado isso, através de uma resolução e uma determinação do Governador Roberto Requião.

Então, nós hoje em Ponta Grossa, temos 26 leitos a mais dos 17 que tinha em 2003. Dez foram fechados agora no Hospital Cidade, como disse o Deputado Plauto, por problemas técnicos e não são só financeiros. Têm outros problemas também. Esses leitos já foram levados para Castro, onde devem entrar em funcionamento dentro de trinta dias. São mais dez leitos de UTI. Com os 26 leitos colocados e mais os autorizados que só dependem dos hospitais, nós chegaremos a setenta leitos de UTI em

Ponta Grossa até o final do ano, tão logo os hospitais coloquem os leitos oferecidos pelo Estado.

Portanto, setenta é melhor e maior do que dezessete. Alguém poderia perguntar: Está bom setenta? Não! Eu acho que tem que colocar mais ainda. Volto a dizer: 26 hoje, neste momento, é maior do que dezessete. Setenta é maior do que dezessete. O Prefeito Pedro Wosgrau, do PSDB, cujo Líder nesta Casa é o Deputado Rossoni, pediu na última estada aqui em Curitiba, ao Secretário Xavier, a liberação de dez leitos de UTI's pediátricos, para o Hospital da Criança, que sempre foi um sonho de todas as crianças dos Campos Gerais. O Secretário já autorizou, só depende de o Prefeito colocar os leitos no Hospital da Criança.

Então, senhores, a saúde pode não estar 100% e, nunca vai estar 100% em lugar nenhum, mas, que melhorou, melhorou, sim! O Governo do Estado, já autorizou a construção de um sonho da nossa região dos Campos Gerais, que é o Hospital Regional. Um hospital que seja bancado, Deputado Nelson Justus, pelo Governo do Estado, como tem em Maringá, como tem em Londrina, como tem em Cascavel. Esse é o sonho, principalmente meu, que fui prefeito e sofri quatro anos, quando prefeito, porque não recebi uma ambulância porque não credenciaram a UTI, que o Djalma tinha trazido de Brasília. Uma UTI que estava lá, no Hospital Municipal, que não foi credenciada e a Prefeitura teve que bancar com recursos próprios.

Não estou aqui para atacar ninguém, mas estou aqui para restabelecer a verdade, 26 é melhor que dezessete, é maior. Maior que 26 é o que está autorizado pelo Secretário Cláudio Xavier. Dez leitos pediátricos no Hospital da Criança, mais dez em Castro. Eu acho que é melhor!

Agora, não dá para vir aqui e dizer que isso aqui não é verdade. Como o Deputado Rossoni disse aqui, que as estradas é propaganda enganosa. Deputado Rossoni, Ponta Grossa/Itaioca/Passo do Pulpo, está pronto. É o sonho daquele povo. Ponta Grossa/Reserva/Cândido de Abreu, está pronto. Era o sonho do povo. O asfalto Ventania, pronto. Autorizado agora, o asfalto Palmeira/Ponta Grossa, a segunda parte Passo do Pulpo até Biscaia.

Eu não posso falar de outras regiões, mas da região nossa dos Campos Gerais, Tibagi a Castro, está acontecendo, estão fazendo.

Então eu não posso vir aqui e dizer que não está acontecendo. Não vou discordar de V. Exa., mas na minha região está acontecendo.

Quero permitir ao Deputado Vanhoni trinta segundos, para não ficar deselegante.

### **O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Só queria corroborar e esclarecer uma dúvida com V. Exa., porque eu tenho acompanhado os investimentos do Governo, tanto no que diz respeito à estrutura, melhorar as estradas do Paraná, a infra-estrutura do nosso Estado. Tenho acompanhado o esforço do Governo na



área social, sobretudo, na área da Educação e na área da Saúde.

O Deputado Plauto, já a terceira vez que eu assisto, reclama da falta de UTI's na cidade de Ponta Grossa. Qual é o dado concreto? Hoje faltam UTI's? A impressão que eu tenho é que desde o começo do ano passado, já no Orçamento de 2003, nós prevíamos verbas suficientes para enfrentar o problema da falta de UTI's que era um problema crônico dos últimos anos no Estado do Paraná.

V. Exa. traz um dado hoje, diferenciado daquilo que o Deputado Plauto tem usado na tribuna. Interessa isso para, no conjunto da Assembléia, esclarecer essa dúvida. Faltam as UTI's ou o Governo tem as verbas e está aplicando corretamente, como eu tenho a impressão, que na saúde e na educação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

UTI's, Deputado Vanhoni, no mundo inteiro estão faltando, não só as cidades.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Falta um minuto, Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não dá para responder à pergunta do Deputado Vanhoni. Ao encerrar, gostaria de dizer só o seguinte, Presidente do PSDB Deputado Rossoni: O Prefeito Pedro Vosgrau, do seu Partido, disse na abertura do projeto Consciência, no Hotel Vila Velha em Ponta Grossa, que está satisfeito com o Governo Requião. O Governo acaba de liberar para o Prefeito cinco milhões para fazer a nova estação rodoviária de Ponta Grossa, que é o maior sonho de Ponta Grossa. Liberou um Centro Especial para Jovens e Crianças e liberou também um hospital que o Prefeito tanto queria, no valor de quinze milhões.

Finalizando, o Governo está terminando e concluindo e esse é um depoimento.

(retirado o som)

Só para concluir que quando Prefeito eu obtive três milhões do Paraná Urbano, que teve aquela confusão toda com o Governador que não liberou o restante.

Eu não vou voltar neste momento, mas Ponta Grossa recebeu nos últimos dois anos, quinze milhões, que se fizeram os maiores acessos da história de Ponta Grossa e ainda estão sendo feitos graças ao governo.

Claro que precisamos avançar mais.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do Vereador de Santa Helena, Elder Boff e, segundo, levantar uma Questão de Ordem, solicitar à assessoria da Liderança do Governo o número do Decreto citado pelo Deputado Jocelito Canto e uma cópia do mesmo. Esse Decreto que ele diz que garante o pagamento de UTI's na rede pri-

vada, particular, quando não houver vagas na rede pública.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Só para esclarecer ao Deputado Reni Pereira, que há uma resolução do Secretário Cláudio Xavier assinada, que é importante que todos os Deputados tomem conhecimento aqui. Acho que é uma medida muito responsável do Estado de permitir que quando a pessoa não tiver leitos em organizações que são conveniadas com o SUS, está autorizado a internar essas pessoas em outros hospitais para salvar essas pessoas.

Há uma resolução assinada pelo Secretário.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (Pela Ordem)

Só para esclarecer. O Secretário esteve em Ponta Grossa no dia 23.09 e ele foi informado que duas pessoas morreram no Pronto Socorro Municipal à espera de leitos de UTI. Ele deixou claro aqui, que iria abrir inquérito administrativo para apurar a responsabilidade pelas mortes. Para Xavier, não é possível que pessoas morram por falta de leitos de UTI's. O problema continua existindo; pode ter diminuído. O Estado do Paraná tem anunciado investimentos na cidade de Ponta Grossa, mas lá continua morrendo gente por falta de leitos de UTI's.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Gostaria de saber, se o Secretário de Saúde pudesse nos remeter o nome das pessoas que já morreram nas UTI's que ele está autorizando a receber as pessoas que são portadoras de doenças em estado gravíssimo, porque nós temos certeza absoluta que virá uma relação muito grande de pessoas em óbito, já, porque em outra situação não houve nenhum progresso na saúde do Paraná nos últimos anos.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Deputado Dobrandino, gostaria da atenção dos Srs. Deputados, sobretudo, o Líder do Governo.

A Comissão de Fiscalização e Controle deliberou em solicitar informações da Secretaria de Saúde sobre onde foram aplicados aquele um bilhão de reais, conforme propaganda na televisão.

A resposta que veio é que o que nós tínhamos aprovado no orçamento, gasto um bilhão em investimento na saúde. Aí, o que ficou constatado na nossa análise que o Estado deveria gastar 12% do orçamento em saúde e gastou perto de 9%. E também fazer um desabafo aqui ao Líder do Governo e aos Deputados.

Na mesma esteira, na mesma situação, a Comissão de Fiscalização fez um pedido de informações à Secretaria de Comunicação Social sobre quais as empresas que teriam recebido autorização para gastar em publicidade. E veio a resposta dizendo o seguinte: "observe na internet que encontrarão onde o governo gastou."

Não queremos observar na internet, não! Queremos os documentos.

Em que pese a minha amizade com ambos os secretários eles estão em descumprimento com a Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, estão em desacordo com a Constituição do Estado, tendo em vista que eles têm cinco dias para remeter as informações.

Queremos apenas que seja cumprida a Constituição, o Regimento desta Casa e o bom andamento dos representantes do povo legitimamente eleitos e constituídos neste Poder.

Sr. Secretário da Comunicação Social, queria atender a Comissão de Fiscalização e Controle, conforme determina a Constituição e o Regimento Interno. E o Sr. Secretário da Saúde, da mesma forma!

Não estamos aqui para perder tempo! Não estamos aqui para analisar respostas improcedentes!

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Horário da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Quero agradecer, mas também quero ressaltar que alguns Deputados abusam com a Questão de Ordem.

Estão encaminhando uma resposta ao pronunciamento do Deputado Jocelito Canto, aí cabe um aparte na questão do Deputado José Domingos Scarpellini; já que não é para cumprir o Regimento, é essa a sinalização.

Caro Deputado representante de Ponta Grossa, V. Exa. disse que algumas estradas foram feitas. Acredito que V. Exa. não tenha ouvido o meu pronunciamento. Repito aqui, para que V. Exa. não confunda.

Disse que o Governo do Paraná prometeu quatro mil quilômetros de estradas e só fez 1.100. Quem é que vai fazer os 2900 quilômetros em um ano?

Por que o meu questionamento? Porque também o Governo colocou nas suas propagandas que já tinha gerado quinhentos mil empregos, e ontem, o Governador Roberto Requião estava se vangloriando de ter gerado 280 mil! Ele mesmo se contradiz com seu Secretário da Comunicação.

Outra questão, essa resolução que o Secretário baixou. Primeiro, ela é inócua, não há necessidade. É obrigação do Governo atender, mas, como o Governo não gosta de cumprir a lei, ele baixa uma resolução para não cumprir a sua própria resolução!

A maior prova está aqui. Existe um requerimento para ser votado hoje, de autoria do 1º Secretário Deputado Nereu Moura pedindo informações sobre a Interbrasil/Copel. Quero dizer que eu já ingressei, nesta Casa, com um requerimento no mesmo teor, no dia 14 de

setembro, e eu já tinha que ter tido a resposta, segundo o decreto do Governador, mas como eles baixam decreto, resolução e não cumprem, para mim não é nenhuma novidade! Só gostaria de dizer a V. Exa. que o requerimento do Deputado Nereu Moura poderá ser atendido junto com o meu, e espero obter essa resposta da questão da Interbrasil.

A questão da Interbrasil é muito mais complicada do que alguns estão pensando. A Interbrasil está na Copel, está em Paranaguá, está na Sanepar. Eu recebi uma aula de seguro, hoje, de uma pessoa profundamente entendida e é claro que você não consegue entender todo mecanismo de seguro, mas um dos requisitos para uma empresa fazer um seguro é o seguinte: ela tem o patrimônio dela, o seu patrimônio responde pelo seguro, a seguradora responde pelo seguro, ela não pode assegurar um bem mais que 3% do seu patrimônio, senão ela tem que recorrer a um resseguro e aí que está o problema da Interbrasil.

A Interbrasil falsificou um documento de um banco espanhol, se não me falha a memória, para fazer o seguro da Copel, para fazer o seguro de Paranaguá, para fazer o seguro na Sanepar. Quando foi licitada, essa empresa tinha que ter sido desclassificada, porque não cumpre as normas exigidas para fazer um seguro. Sabe qual é o patrimônio da Interbrasil? Doze milhões! Sabe qual é o valor segurado da Copel? Um bilhão e duzentos!

Estou aguardando, agora, as informações para ver quanto a Copel pagou por esse seguro. Certamente, pagou em torno de vinte, trinta milhões, e aí nós vamos ver que o seguro é completamente desproporcional ao patrimônio da empresa. É uma empresa com um patrimônio de doze milhões! Como é que ela vai assegurar um bilhão e duzentos? Como é que ela vai assegurar?

Ela teria que fazer um seguro do seguro, o tal do resseguro, mas ela falsificou um documento de um banco espanhol!

Vem o Presidente da Copel alegar que foi feita uma licitação. É para isso que serve uma licitação, para ver os documentos, verificar a documentação. Essa empresa teria que ter sido desclassificada; não poderia nem participar da concorrência. Tenho recebido, diariamente, documentos sobre a questão da Interbrasil. Além disso, tenho recebido documentos de seguros feitos pelo Estado, que vamos ter que investigar, mas estou aguardando a resposta da Copel e entrando na Casa, na segunda-feira, com alguns requerimentos, para pedir documentos da Sanepar, Copel, Paranaguá, para que depois façamos um juízo.

Não quero fazer sem ter a resposta, mas não tenha dúvida: quem trouxe a Interbrasil para o Paraná, de boa ou de má-fé, enganou o Governo paranaense, porque não tinha nada assegurado. Imagina, Deputado Luiz Carlos Martins, o Governador estava preocupado porque estava se rompendo uma barragem de uma usina, aí veio aqui o Presidente da Copel e disse que não existia esse perigo, que técnicos já tinham feito esse estudo! Se ele estava tão

preocupado com o rompimento dessa barragem, teria que ficar mais preocupado ainda é com o seguro dessa empresa, que assegura esse patrimônio público. Essa é a grande verdade!

Então, essa questão da Interbrasil vai render muito ainda nesta Casa.

Por essa razão, vim à tribuna, para dizer ao Deputado José Maria - sei que é um estudioso - que tenha cuidado em falar em Interbrasil, porque pode "queimar o dedo". Tão logo tenhamos toda a documentação, vamos voltar a este caso.

Concedo um aparte ao Deputado Marcos Isfer e, depois, ao Deputado Neivo Beraldin.

#### **O Sr. Marcos Isfer (PPS)**

Só quero agradecer o aparte e era justamente o que eu queria esclarecer ao Deputado José Maria Ferreira. É justamente a questão do seguro. Ela fica com um pouco do resseguro, porque não tem a menor capacidade. Ela repassa esse seguro por um custo menor; tem uma corretagem que também é recebida em cima desse seguro, que não é repassada, na sua totalidade.

Na verdade, essa era uma empresa de ficção, porque com doze milhões, até mesmo para seguros de automóveis ela era uma companhia que o senhor teria cuidado em colocar o seu carro no valor de cinquenta mil reais, para ser segurado, e imagine colocar um patrimônio como o da Copel! Realmente, aí tem carço embaixo desse angu, e grosso!

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

#### **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Simplesmente vou convocar o testemunho do ex-Líder do Governo, Natálio Stica.

Quando o Governo remeteu a mensagem para esta Casa, para fazer parceria de uma rede de extensão de energia de Cascavel a Foz do Iguaçu e Cascavel a Cianorte, por precaução, solicitamos à Junta Comercial de Santa Catarina o capital das empresas que seriam sócias da Copel, nesse investimento autorizado por ela. Tinha mil reais de capital e ainda tinha certidão positiva. Aí, veio o Presidente da Copel aqui, na época junto com os seus Diretores, quando apresentei: vocês estão querendo se associar com uma empresa com mil reais de capital e ainda com certidão positiva. Que sociedade é essa? Concessão por trinta anos, renovável por mais trinta anos?

Aí, a casa caiu! O Deputado Natálio Stica pode realmente testemunhar esse fato e agradeço o aparte.

Por isso, digo que temos que agir permanentemente em termos de fiscalização, porque o Governo tem altas empresas, grandes empresas, muitas empresas, muitas autarquias e temos que acompanhar - é a nossa função.

Obrigado, Deputado Rossoni!

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Para concluir, é importante, Srs. Parlamentares, saber o seguinte: quando uma empresa entra em uma licitação pública, ela tem que oferecer uma garantia ao Governo, através de um seguro. Quero dizer aos senhores que o Governo não está cuidando dessa questão. Tem empresa fantasma de seguro sendo oferecido como garantia nas obras do Governo. Nos próximos dias, trarei a documentação.

Obrigado pela compreensão!

### ***Ordem do Dia:***

#### **A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 44 Srs. Deputados.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 48/2005, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, sugerindo a criação e implantação do curso de Medicina no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Sobre a mesa, Indicação nº 49/2005, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, sugerindo a criação e implantação do curso de Odontologia no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Sra. Deputada Cida Borghetti, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando seu nome para representar a Bancada do Partido Progressista - PP, na composição do Conselho que institui o Prêmio Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, conforme dispõe a Resolução nº 002/2005. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Waldir Leite, na qualidade de Líder do PPS, constante do expediente, indicando o nome da Sra. Deputada Arlete Caramês, da Bancada do PPS, para fazer parte do Conselho Mulher-Cidadã Zilda Arns. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Delegado Bradock, com apoio do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, encaminhando Questão de Ordem, a respeito da solicitação de vários Srs. Deputados de moção de apoio e solidariedade ao Sr. Francisco Cunha Pereira. **Indeferido.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, encaminhando contra razões à Questão de Ordem apresentada à Presidência do Poder Legislativo. **Prejudicado.**

Requerimento nº 2948, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando autorização para se deslocar à Londrina para comparecer à reunião na Ceasa e visita ao sistema carcerário. **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2952, de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior, com apoio dos Srs. Deputados Barbosa Neto e Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo que sejam adotadas medidas por esta Presidência quanto à análise das proposições de vetos apostos pelo Sr. Governador do Estado, que seja colocado na Ordem do Dia apenas um veto por Sessão Plenária, para que haja melhor debate da constitucionalidade, legalidade e mérito pelo Plenário desta Casa de Leis, dos referidos. **À Presidência.**

Projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, quando chegar o requerimento de minha autoria, de moção de apoio, eu gostaria de encaminhá-lo.

Requerimento nº 2937, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 29 de setembro (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### 2ª Discussão (Votação em)

#### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2005, de autoria dos Deputados Hermas Brandão, Miltinho Pupio e Elton Carlos Welter, que altera o artigo 7º da Lei nº 11.054, de 14 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 14.582, de 28 de dezembro de 2004, Lei Florestal do

Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.** Emenda - **Aprovada.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

A presente emenda ao Projeto de Lei nº 212/2005 tem por fim alterar o parágrafo 1º do artigo 7º alterado pelo referido projeto. Com tal mudança, além dos requisitos já estabelecidos para o lugar onde será estabelecida alternativamente a reserva legal.

##### Fundamentação

O projeto de lei alterado pela emenda em análise já teve sua constitucionalidade aprovada por esta comissão. A emenda não altera em nada os aspectos constitucionais no projeto, apenas aumenta as restrições quanto ao uso de outros imóveis para a fixação de reserva legal. Essas restrições têm por fim garantir que a vegetação localizada nessa reserva alternativa seja parecida com aquela da propriedade rural, além de promover o equilíbrio ambiental do município em que deve se localizar a reserva.

A Constituição Federal determina, em seu artigo 23, VI:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;”

Com relação à competência para legislar, determina ainda o artigo 24, VI:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;”

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

“Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.”

Quanto à técnica legislativa, a emenda está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, o parecer é pela aprovação da emenda ao projeto de lei, em virtude de sua legalidade e constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Apoiamento: Reni Pereira, Duílio Genari, Ratinho Júnior, José Maria Ferreira, Delegado Bradock, Barbosa Neto e 01 ilegível.

## 2ª Discussão

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre a regulamentação na compra e venda de peças usadas pelas autopeças, “desmanches”. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ À EMENDA 01 E CONTRÁRIO À EMENDA 02.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLENÁRIO

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

As presentes emendas ao projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock visam a, respectivamente, estender o alcance do projeto aos veículos sinistrados adquiridos em outros Estados e especificar a cláusula revogatória.

##### Fundamentação

O projeto já foi analisado por essa Comissão, recebendo parecer favorável em virtude de sua constitucionalidade e legalidade, com a aceitação das diversas emendas apresentadas.

Essas novas emendas não afetam em nada a constitucionalidade do projeto, vindo, no caso da primeira emenda, a aumentar o âmbito de aplicação da lei, sem exceder-lhe a competência. No entanto, o artigo proposto pela emenda em análise já fora acrescido por uma emenda anteriormente aceita por essa comissão. Portanto, torna-se desnecessária sua discussão, visto que se trata de um *bis in idem*. A emenda não traz nada de novo ao projeto, não devendo, pois, ser aprovada.

Com relação à emenda que acrescenta o artigo 8º ao projeto, a mesma possui o intuito de corrigir uma falha referente à técnica legislativa. Com a redação anterior, o projeto não cumpria o requisito do artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, o qual dispõe:

“Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.”

Dessa forma, o parecer é pela não aprovação da emenda que altera o artigo 7º do projeto, visto que igual à emenda já aprovada por essa comissão; e pela aprovação da emenda que acrescenta o artigo 8º, em virtude de sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, em 30.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ratinho Júnior, Elton Carlos Welter, Luiz Carlos Martins e Delegado Bradock.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação Emenda da CCJ. **Aprovada.**

Em votação a Emenda nº 02, votação em ordem inversa. **Rejeitada.**

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Evangélica Estrela da Manhã, com sede no Município de Rio Bonito do Iguaçu e foro no Município de Laranjeiras do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/2005, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública o Seminário Rogacionista João Paulo II, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

Em votação Substitutivo Geral da CCJ. **Aprovado.**

### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto de Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. (Acrescenta inciso ao artigo 55 e item ao artigo 56). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Tuneiras do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.** Em votação o Substitutivo Geral da CCJ. **Aprovado.**

### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 472/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que institui o Título Honorífico do Estado do Paraná, denominado mérito policial, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública a Associação do Pessoal da Universidade de Londrina - APUEL, com sede e foro no Município de Lon-

drina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jandaia do Sul, com sede e foro em Jandaia do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.** Em votação o Substitutivo. **Aprovado.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé, com sede no Município de Santana do Itararé e foro na Comarca de Wenceslau Braz. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.** Em votação o Substitutivo. **Aprovado.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural Nossa Senhora de Lurdes de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/2005, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Ação Social Evangélica Batista de Guabirota - ASIEBG, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

#### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professora Lucinéia Ricardo Braciforte - Ensino Fundamental, com sede e foro no Município de Ubatuba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 559/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunidade Deus Forte Provedor - Ministério de Comunicação, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui, em todos

os concursos públicos e testes seletivos realizados no Poder Legislativo Estadual a obrigatoriedade da inclusão de questões referentes ao Direito da Criança e do Adolescente. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

### 1ª Discussão

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2005, que institui o Programa de Recompensa, destinado a estimular a colaboração privada na Segurança Pública, mediante prestação de informações precisas e decisivas na elucidação de fatos investigados pela polícia, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 035/2005, de 02/05/2005, em Mensagem, pág. 04).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 233/2005

#### P A R E C E R :

##### Do Relatório

O Projeto de Lei nº 233/2005, trata-se da Mensagem nº 016/2005 do Exmo. Sr. Roberto Requião, que institui o Programa de Recompensa, destinado a estimular a colaboração privada na Segurança Pública, mediante prestação de informações precisas na elucidação de fatos investigados pela Polícia, conforme específica.

##### Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que o referido projeto busca a elucidação do gigantesco número de fatos delituosos com que a sociedade paranaense tem se defrontado cotidianamente.

O presente projeto de lei não apresenta óbice de natureza legal, constitucional e regimental e de técnica legislativa, encontrando-se em condições de seguir a sua normal tramitação.

##### Da Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 233/2005, por não encontrar vício de competência quanto à iniciativa nem tão pouco qualquer embaraço jurídico impeditivo.

Sala das Comissões, em 24.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 233/2005

#### P A R E C E R :

##### Do Relatório

O Projeto de Lei nº 233/2005, trata-se de Mensagem nº 016/2005 do Exmo. Sr. Roberto Requião, que institui o Programa de Recompensa, destinado a estimular a

colaboração privada na Segurança Pública, mediante prestação de informações precisas na elucidação de fatos investigados pela Polícia, conforme especifica.

#### **Da Fundamentação**

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que o referido projeto busca a elucidação do gigantesco número de fatos delituosos com que a sociedade paranaense tem se defrontado cotidianamente.

O presente projeto de lei não apresenta óbice de natureza legal, constitucional e regimental e de técnica legislativa, encontrando-se em condições de seguir a sua normal tramitação.

#### **Da Conclusão**

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança Pública apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 233/2005.

Sala das Comissões, em 26.09.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK  
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 233/2005

P A R E C E R :

#### **Do Relatório**

O presente projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo Mensagem nº 016/2005, institui o Programa de Recompensa, destinado a estimular a colaboração privada na Segurança Pública, mediante prestação de informações precisas na elucidação de fatos investigados pela Polícia, conforme especifica.

A finalidade desta medida é deixar que qualquer pessoa possa oferecer recompensa para elucidação definitiva de fato delituoso e sobre a localização de foragidos da Justiça, com ordem de prisão expedida pelo Poder Judiciário do Estado.

#### **Voto do Relator e Fundamentação**

O objetivo deste projeto de lei é oferecer mecanismos eficazes às autoridades policiais, com vistas ao combate à criminalidade.

O Estado do Paraná não dispõe dos recursos necessários para efetivar investigações e elucidações do gigantesco número de fatos delituosos com que se defronta cotidianamente, razão pela qual propõe-se, através do presente projeto de lei, o engajamento da sociedade nesta luta que é de interesse geral. Esta participação da sociedade dar-se-ia pela contribuição de recursos financeiros privados para constituir um fundo, cujos recursos terão com destino a premiação dos que derem informações seguras e decisivas para a execução de ações da segurança pública.

As recompensas de que trata serão destinadas a efetivação de ações legais de segurança pública, para o cumprimento de ordens de prisão emitidas pelo Poder Judiciário.

Os recursos auferidos através de doações, serão canalizados para um fundo financeiro-contábil, com aplicação vinculada e específica a seu fim, tendo como órgão gestor um Conselho a ser presidido pelo Secretário de Estado de Segurança Pública, cujos valores unitários das recompensas serão fixados por esse Conselho.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 233/2005, de iniciativa do Poder Executivo Mensagem nº 016/2005, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 22.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### **ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Alfredo Lang. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA. nº 035/2005, de 02/05/2005, em Projeto de Lei, pág. 24).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 244/2005

P A R E C E R :

#### **Do Projeto de Lei**

De autoria do Deputado Ademir Bier, o projeto de lei visa conceder título de Cidadão Honorário ao Sr. Alfredo Lang. Natural de Candelária no Rio Grande do Sul, o homenageado desenvolveu suas atividades de engenheiro agrônomo no Estado do Paraná, tendo exercido diversas funções que em muito trouxeram benefícios para a sociedade e a população paranaense.

#### **Do Voto**

A iniciativa legislativa se enquadra entre aquelas dispostas no texto constitucional.

O projeto de lei se integra ademais no texto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001 que dispõe:

“Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná...”

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RATINHO JÚNIOR - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares para a votação secreta do item 17.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)

Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Votaram 35 Deputados. Designo o Deputado Elton Welter, o Deputado Amaral já está aqui para apuração dos votos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Eu gostaria de anunciar a presença dos Vereadores Milton Alves, Antonio Araújo e José de Paula, de Rolândia. Também, do ex-funcionário do Banestado, Amauri Kopck que foi juntamente com o Sr. Zito, José de Oliveira Castilho, dirigente naquela Agência e o Sr. Walter Sinhorinho. Não sei ainda se encontra aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossas boas-vindas aos nossos ilustres visitantes.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (**Pela Ordem**)

Da mesma forma, quero registrar a presença do Prefeito de Entre Rios do Oeste, acompanhado dos seus Vereadores e Secretários municipais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossos cumprimentos aos nossos visitantes.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Só para fazer um comunicado, enquanto esperamos a contagem de votos.

Ontem tivemos o julgamento dos três trabalhadores rurais sem-terra. Dois foram julgados ontem. Estavam presos em Guarapuava há um ano e meio, por uma acusação de assassinato e porte de arma; foram absolvidos. Agora estamos aguardando o julgamento do terceiro.

Só para que a gente lembre, esses três estavam presos sem terem tido nenhuma acusação formal. Ficaram presos durante um ano e seis meses e agora, depois de um ano e seis meses, dois deles foram julgados, absolvidos e o julgamento do terceiro acontece semana que vem.

O que chama a atenção é que nós, por diversas vezes, tentamos aqui, junto com o CPT e outras entidades, inclusive, *habeas corpus*, têm endereço conhecido, domicílio, têm profissão e são réus primários. Mesmo assim, não conseguiram. No julgamento foram absolvidos e nós esperamos que definitivamente o terceiro também seja.

Então, comunicar à Casa, nós trouxemos essa informação há dois meses atrás e, agora estamos em definitivo prestando contas daquilo que aconteceu lá.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Anunciando o resultado, trinta e quatro (34) votos favoráveis e um contrário.

Está **Aprovado** em primeira discussão o projeto. Pela Ordem o Deputado Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Para registrar também essa situação de Guarapuava, que demonstra a incompetência da nossa polícia com a absolvição desses dois réus que foram absolvidos pela Justiça.

Muito obrigado.

## ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, que dispõe que os estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos de telecomunicações e de informática localizados no Município de Foz do Iguaçu, receberão em relação ao ICMS tratamento tributário específico. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 072/2005, de 29.06.2005, em Projetos de Lei, pag. 03).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 427/2005

### P A R E C E R :

#### Histórico

O Projeto de Lei nº 337/2005, de autoria do nobre Deputado Reni Pereira, dispõe que os estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática, localizados no Município de Foz do Iguaçu, receberão, em relação ao ICMS, tratamento tributário específico, ou mais especificamente, diferimento do imposto na importação do exterior, de componentes, partes e peças a serem utilizadas no processo industrial dos produtos citados e, créditos fiscal de 80% do valor do imposto destacado na venda dos produtos resultantes.

É público e notório que a produção de eletroeletrônicos, de telecomunicações e de informática é relativamente recente e pequena, insuficiente para a grande demanda e para o crescimento do mercado no País. Também é fato que, em função desta defasagem entre o que se consome e o que se produz, que as importações foram e são o único meio de suprir o mercado, gerando empregos e renda nos países produtores e levando nossos recursos e desequilibrando a balança de pagamentos.

Por outro lado, Foz do Iguaçu, além da sua natureza exuberante e incomparável, cresceu com o turismo de compras e que, ao longo do tempo, atraiu grandes massas de trabalhadores de outros cantos do país que tiveram seus empregos formais extintos, jogando-os ao chamado “comércio formiga” - informal e ilegal. Com passar do tempo, este tipo de comércio cresceu de tal forma que transformou Foz do Iguaçu, numa das principais portas de entrada das importações, sejam elas legais ou ilegais.

Recentemente, adotou-se uma política de combate ao descaminho e ao contrabando atingindo em cheio este tipo de comércio que se praticava em Foz do Iguaçu, tornando aqueles trabalhadores informais em uma espécie de párias, sem assistência, sem renda, sem garantias,



enfim, sem nada e pior, sem uma política compensatória que pudesse minorar o sofrimento desse povo e, também, os encargos que recaíram sobre o município.

A responsabilidade para a solução dos sérios problemas ocasionados pela conjuntura aqui esposta é difusa. As três esferas de poder deveriam, cada uma com as suas competências, propor medidas que dessem solução aos conflitos gerados, entretanto, nada, absolutamente nada foi proposto até agora. Assim, por representar os anseios de toda comunidade, não poderia a Assembléia Legislativa deixar de tomar a iniciativa para tentar uma solução satisfatória, que atendesse os anseios do município e da população prejudicada.

A proposta do Deputado Reni Pereira representa um grande passo no sentido de solucionar de forma definitiva esta grande questão social.

#### **Fundamentação**

É inegável que as Assembléias Legislativas podem legislar sobre matéria tributária, na forma do artigo 24 da Constituição Federal.

No caso presente a questão reveste-se de verdadeira medida compensatória, que no passado teve legislação própria criada por esta Casa de Leis, através da Lei 10689/93 e, mais recentemente, a Lei nº 14160 de 16.10.2003.

As referidas legislações foram criadas justamente para proteger a economia estadual frente aos inúmeros benefícios concedidos pelas outras unidades da Federação, em desacordo com as regras constitucionais e, também, para dar atendimento a situações de urgência em que a economia estadual encontra-se fragilizada, sendo exatamente este o caso que ora se discute.

Em relação aos impeditivos da LC 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, muito embora a concessão de crédito fiscal reduza a carga tributária incidente nas saídas dos produtos resultantes da industrialização, na verdade, o efeito será contrário, pois estaremos trazendo para a legalidade e, portanto, à tributação, operações anteriormente totalmente desoneradas, já que seu ingresso no país ocorria de forma ilegal. Assim, não há que se falar em perdas de arrecadação, mas sim em ganhos.

Adite-se ainda que, com a adoção da medida estará sendo criado um grande pólo eletroeletrônico em Foz do Iguaçu, com a geração de emprego e renda e novos impostos, no chamado círculo virtuoso, em que todos ganham.

#### **Conclusão**

Pelos motivos expostos, pelos fundamentos legais, sou de parecer pela constitucionalidade do presente projeto, recebendo emenda do Deputado José Maria Ferreira.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**Em votação.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar o Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

É um projeto importante para a minha cidade de Foz do Iguaçu. O Governo vetou. Eu vou votar favorável ao projeto, porque é importante para Foz do Iguaçu, nesse momento traumático, muito grande. Sempre defendi Foz do Iguaçu, porque precisa de mecanismos especiais para a sobrevivência da linha de turismo. Nós já temos, com a Secretaria da Fazenda, que é contrária e ainda fala sobre a sua inconstitucionalidade.

Eu só quero alertar o Deputado, - vou votar favorável, porque Foz do Iguaçu precisa de um projeto como esse, - que não podemos alimentar muita esperança, porque com certeza, o Governo se posicionará contra esse projeto, mas tenha, Deputado Reni a minha compreensão.

Vou votar favorável.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Para Encaminhar**)

Eu agradeço o encaminhamento do Líder do Governo, hoje é constitucionalidade e gostaria de discordar, - que o projeto não é inconstitucional, porque não enseja renúncia de Receita, há uma previsão de nós multiplicarmos a receita nesse setor. Gostaria também, de informar aos nobres Pares, que existe tratamento tributário no Estado do Paraná, para algumas empresas semelhantes a isso que nós queremos propor. Esse projeto é estratégico, para o Paraná e para o Brasil.

Gostaria de informar aos nobres Pares que em outros estados do Brasil, que já aprovaram leis semelhantes, inclusive, o Estado da Amazônia, não na Zona Franca de Manaus, tem um Município que cobra apenas 1%, dá mais benefícios tributários municipais, barracão, incentivo para o maquinário, e nós não podemos perder a onda, porque seis meses, se perdermos esse prazo, infelizmente, não pode mais resgatar o leite derramado e o bonde da história vai passar e outro Estado da Federação vai se constituir como pólo fornecedor de tecnologia, em detrimento do Paraná, que é a porta de entrada para 65% da informática contrabandeada para o Brasil.

Então, gostaria de dizer que não há renúncia de receita e, também, não há inconstitucionalidade no projeto, até mesmo porque já existem empresas beneficiadas com regime especial, com uma carga tributária idêntica a essa que nós queremos garantir a todos os empresários que queriam investir em Foz do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação. **Aprovado.**

#### **ITEM 19**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/2005, de autoria do Deputado Nelson Justus, que aprova a realização de plebiscito nos Municípios de Moreira Sales e Goioerê, para que a população decida sobre a ratificação do Memorial Descritivo do Municí-

pio de Moreira Sales, dada pela Lei nº 4.245/60. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Pub. no DA nº 075/2005, de 02.08.2005, em Projetos de Resolução, pag. 09).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/2005

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto de resolução de autoria do nobre Deputado Nelson Justus tem como escopo a aprovação de plebiscito para decisão de memorial descritivo de município paranaense pela população.

**Constitucionalidade e legalidade**

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

“Art. 19. Lei complementar estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios.

§ 1º Os seguintes requisitos serão observados na criação de Município:

I - efetivação por lei estadual;

II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei Estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei;

III - preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

IV - não-constituição de área encravada no Município de origem.

§ 2º O procedimento de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por cem eleitores das áreas interessadas, devidamente identificados.

§ 3º O projeto de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios apresentará a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas.

§ 4º A aprovação do eleitorado, prevista o parágrafo 1º, II, deste artigo dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 5º Se o comparecimento do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma sessão legislativa.”

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar 95/98.

Desta forma, em sede de parecer, esta Comissão opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**Discussão Única (Proposições)**

**ITEM 20**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 079/2005, veto aposto ao Projeto de Lei 215/2005 de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que autoriza o Poder Executivo doar imóvel ao Município de Kaloré. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 141/2005

Curitiba, 17 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 173/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com as disposições do artigo 87, inciso VII, combinadas com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 215/2005, por considerá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista a possibilidade de que os imóveis, cuja doação é pretendida, venham a ser utilizados por órgãos da própria Administração Estadual e, ainda, porque faz menção equivocada no que se refere às matrículas de registro imobiliário de tais bens.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado.

**(O Projeto de Lei nº 215/2005 encontra-se publicado no DA nº 032/2005, de 26.04.2005, em Projetos de Lei, pag. 09).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 079/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 215/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, vetado pelo Governador do Estado, pretende autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Kaloré o imóvel que especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado no prazo determinado pelas Constituições Estadual e Federal, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Diante do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição-veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 27.09.2005

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário Padre Paulo, para chamada nominal dos Srs. Deputados, para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)

Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos Deputados Tadeu Veneri e Nelson Justus, para procederem escrutínio dos votos.

Discussão única da Proposição nº 079/2005. Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 215/2005: pela manutenção do veto, dezoito; pela derrubada do veto, doze; em branco, um.

**Está mantido o veto.**

### **Requerimentos**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2933, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Reni Pereira, Barbosa Neto e demais Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2935, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2938 e 2939, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2940 e 2941, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2943, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2945, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2946, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2949, de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2950, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2954, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2957, de autoria dos Srs. Deputados Tadeu Veneri e Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2958 a 2960, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 367,477 e 507/2005.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 373, 470, 502 e 504/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 269, 270 e 474/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 046/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 091/2005.

Levanta-se a Sessão.



**DIÁRIO Nº 105****SUMÁRIO**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Mesa Executiva .....</b>                  | <b>36</b> |
| <b>Presenças .....</b>                       | <b>36</b> |
| <b>Abertura da Sessão .....</b>              | <b>36</b> |
| <b>Ordem do Dia:</b>                         |           |
| Discussão / Votação:                         |           |
| Redação Final.....                           | 36        |
| 3ª Discussão .....                           | 43        |
| 1ª Discussão .....                           | 44        |
| Discussão Única (Indicações) ...             | 46        |
| Discussão Única (Proposições) .              | 46        |
| <b>Encerramento da Sessão Ordinária.....</b> | <b>47</b> |
| <b>Publicações:</b>                          |           |
| Diretoria Geral:                             |           |
| Portaria DAT .....                           | 47        |

**099ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 099ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE SETEMBRO DE 2005**

*(quarta-feira)*

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Padre Paulo Campos e Chico Noroeste.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner,

Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpe-llini, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (44). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Augustinho Zucchi, Elio Rusch, Ademar Traiano, Elza Correia, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Nelson Garcia e Renato Gaúcho (08). Em viagem representativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário e a Sra. Deputada Luciana Rafagnin (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo expediente a ser lido, e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças, passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 44 Srs. Deputados.

**Discussão / Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**Redação Final****ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 367/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/2005, que objetiva criar o Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociência - IRFA, sob vinculação à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

**Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 367/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º É instituído o Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociências - IRFA, entidade

autárquica, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receitas próprios, com autonomia administrativa, técnica e financeira, integrante da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o artigo 7º, inciso I da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA.

Art. 2º O Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociências - IRFA, terá sede e foro na cidade de Curitiba / PR, com jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, gozando dos privilégios e isenções próprios da Fazenda Estadual.

Art. 3º O Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociências - IRFA é o órgão executor da política agrária no Estado, no que se refere às terras públicas, tendo por finalidade a colonização e o desenvolvimento rural do Estado do Paraná, a execução de serviços cartográficos, a elaboração do cadastro territorial rural e de sua estatística imobiliária, bem como a pesquisa nas áreas fundiária, agrária e de geociências.

Art. 4º No desempenho de suas atividades, compete ao Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociências - IRFA:

I - a proposição, a coordenação, a execução e o acompanhamento das políticas: agrária, fundiária, cartográfica, geodésica e cadastral de imóveis rurais no Estado do Paraná;

II - a promoção da regularização fundiária e o reordenamento territorial, atendendo ao contido na Lei Federal nº 10.267, de 28/08/2001 e Decreto Federal 4449/2002 de 30/10/2002, de modo a garantir a função social da terra, bem como a proteção dos recursos naturais, de acordo com sua destinação social, econômica e ambiental;

III - o subsídio ao Governo Federal nas ações agrárias e fundiárias no Estado do Paraná;

IV - a implantação, a administração e a manutenção do cadastro de imóveis rurais;

V - a manutenção e a atualização do cadastro dominial do Estado do Paraná;

VI - a execução de levantamentos e demarcações de terras de domínio público ou particular para embasar a regularização fundiária e o reordenamento territorial;

VII - a regularização fundiária das terras devolutas estaduais, aplicando-se, no que couber, as disposições da Lei Estadual nº 7055/78 e demais legislações pertinentes;

VIII - a definição e a demarcação dos limites dos municípios e do Estado, bem como dar suporte técnico para a definição clara e precisa dos limites distritais e municipais, de modo a garantir a organização da divisão político-administrativa do Paraná, a eliminação ou prevenção de litígios de divisas;

IX - a promoção, a normatização, o planejamento, a coordenação e a execução das atividades nas áreas de

fotogrametria, sensoriamento remoto, mapeamentos, levantamentos topográficos e adensamento de redes geodésicas e de nivelamento de precisão;

X - a elaboração, a promoção e a execução do Plano Cartográfico Estadual;

XI - o acompanhamento da produção cartográfica do Estado, zelando por sua qualidade e propriedade técnico-operacional;

XII - a criação e a manutenção atualizada do Sistema de Informações Cartográficas e Fisiográficas Oficiais do Estado do Paraná, constituído por inventário de produtos cartográficos e geográficos, mapoteca de dados cartográficos, geográficos, dados aerofotogramétricos, de sensoriamento remoto e de estruturas geodésicas, visando atender aos órgãos da Administração Pública e ao público em geral;

XIII - a promoção, a coordenação e a execução do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Paraná, bem como a manutenção, a atualização e a promoção da atualização do seu acervo em parceria com as diversas instituições municipais, estaduais e federais;

XIV - a elaboração e a atualização do Atlas do Estado para subsidiar com informações o desenvolvimento do Estado;

XV - a prestação de assistência técnica na área de atuação aos demais órgãos da administração;

XVI - a manutenção de intercâmbio com organizações responsáveis pela aquisição e comercialização de imagens de sensores remotos, objetivando a manutenção e atualização de acervo;

XVII - o desenvolvimento, o apoio a pesquisas aplicadas e científicas nas áreas de cartografia, sensoriamento remoto, geodésica e sistema de informações geográficas;

XVIII - o fornecimento de embasamento tecnológico às políticas cartográfica e fundiária do Paraná, subsidiando os demais setores estaduais que requerem cartografia de precisão, informações multitemporais e de cadastro de propriedades rurais;

XIX - o desenvolvimento de pesquisa e experimentação direcionadas aos ocupantes das áreas objeto de regularização fundiária, com vistas ao atingimento de sua sustentabilidade assim como propor modelos estáveis de desenvolvimento para o reordenamento territorial;

XX - a proposição para a celebração de acordos, convênios e contratos com entidades públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, visando a pesquisa de métodos, o desenvolvimento tecnológico e a execução de trabalhos cartográficos, geodésicos, de sensoriamento remoto, e de geoprocessamento; e

XXI - a execução de outras atividades correlatas.

Art. 5º No cumprimento de seus objetivos o IRFA poderá:

I - celebrar convênios, acordos ou contratos e outros instrumentos legais congêneres com pessoas físi-

cas ou jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou internacionais;

II - prestar serviços a órgãos e entidades dos setores privado e público ou a pessoas físicas e jurídicas, nacionais e internacionais;

III - cobrar emolumentos, taxas, serviços e multas decorrentes de suas atribuições; e

IV - promover a inscrição de seus créditos em dívida ativa e efetuar a sua cobrança judicial.

Art. 6º O Patrimônio do IRFA será constituído de:

I - todos os bens móveis, imóveis, instalações e equipamentos que lhe forem destinados pelo Governo do Estado e dos que venha a adquirir;

II - doações, legados, de pessoas físicas e jurídicas, nacionais e internacionais; e

III - outros bens não expressamente referidos, vinculados ao exercício de suas atividades.

Art. 7º Constituem receitas do IRFA:

I - créditos orçamentários que lhe sejam consignados pelo Orçamento Geral do Estado ou da União ou dos Municípios;

II - auxílios, doações, legados, subvenções federais, municipais e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, nacionais e internacionais;

III - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com pessoas de direito público ou privado, nos termos da legislação vigente;

IV - rendas patrimoniais, operações financeiras e juros;

V - saldos de exercícios encerrados;

VI - remuneração por serviços prestados e administração de fundos e verbas que lhe sejam destinadas legalmente;

VII - recursos provenientes da arrecadação da taxa de transferência de áreas legitimadas e incorporadas com o estipulado nos artigos 27, 31 e 33, III, todos da Lei nº 7055, de 04 de dezembro de 1978;

VIII - a transferência dos recursos atualmente alocados no Instituto Ambiental do Paraná - IAP, por conta da atividade de cobrança de taxas referentes a regularização fundiária;

IX - outras rendas de qualquer natureza.

Parágrafo Único. A transferência da receita que trata o inciso VIII, dar-se-á, mediante proposta do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e consequente decreto governamental autorizatório.

Art. 8º O IRFA administrará o Fundo de Terras, Fundo de Desenvolvimento Rural e o Fundo de Desapropriação e Colonização.

Art. 9º Ficam transferidas para o IRFA as atividades de terras e cartografia e de regularização fundiária das terras devolutas estaduais estabelecidas, total ou par-

cialmente, no artigo 6º e respectivos incisos da Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992, alterada pelas Leis nºs 11.352, de 13 de fevereiro de 1966 e nº 13.425, de 07 de janeiro de 2002.

Parágrafo Único. As atuais áreas incorporadas ao Patrimônio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em razão do disposto nos artigos 27 e 33, III da Lei nº 7055, de 04 de dezembro de 1978, passam a incorporar o patrimônio do IRFA.

Art. 10. O artigo 2º da Lei nº 13.425, de 07 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Permanecem no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, as atividades relativas a educação ambiental e no âmbito do Instituto Ambiental do Paraná - IAP as atividades de análises e pesquisas laboratoriais afetas ao meio ambiente, enquanto que passam a integrar a esfera de competência do Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociências - IRFA as atividades de terras, cartografia e regularização fundiária das terras devolutas estaduais”.

Art. 11. O Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociências - IRFA será administrado por:

I - Conselho de Administração; e

II - Diretoria.

§ 1º O Conselho de Administração, composto de 05 (cinco) membros, não remunerados, será presidido pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, cabendo ao Diretor-Presidente do IRFA o exercício das funções de Secretário Executivo.

§ 2º A Diretoria será composta por 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Administrativo-Financeiro, 01 (um) Diretor de Terras, 01 (um) Diretor de Geociências e 01 (um) Diretor Jurídico, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo dentre pessoas de reconhecida capacidade administrativa na área.

Art. 12. O Regulamento e a estrutura básica da autarquia IRFA serão estabelecidos mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual, atendidas as disposições da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987, em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da publicação desta lei.

Art. 13. Ficam transferidos do Instituto Ambiental do Paraná - IAP para o Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociências - IRFA, 02 (dois) cargos de provimento em comissão, de Chefe de Departamento, símbolo 1-C.

Art. 14. Ficam criados no Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociências - IRFA, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 01 (um) cargo de Diretor Presidente, símbolo DAS-1;

II - 03 (três) cargos de Diretor, símbolo DAS-3;

III - 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;

IV - 06 (seis) cargos de Chefe de Departamento, símbolo 1-C.

Art. 15. O patrimônio do Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociências - IRFA será constituído por todos os bens que no ato da publicação desta lei estiverem sendo utilizados pela Coordenadoria de Gestão Territorial - CGTE, unidade de execução programática da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, bem como por outros que lhe forem destinados e dos que venha a adquirir mediante autorização legal.

Parágrafo Único. O patrimônio do Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociências - IRFA será empregado exclusivamente na consecução de suas finalidades.

Art. 16. O Poder Executivo fica autorizado a abrir um crédito adicional, até o limite dos saldos apurados no orçamento do Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociências - IRFA, aprovado pela Lei Estadual nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, em conformidade com a Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, visando implementar a presente lei.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Fica revogado o inciso XIX do artigo 1º da Lei nº 13.425, de 07/01/2002 e demais disposições em contrário.

#### SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

#### PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, AGRÁRIA E DE GEOCIÊNCIAS - IRFA

*O Estado do Paraná em sua configuração espacial política e administrativa, desde a sua constituição territorial, beneficia-se do trabalho desenvolvido nas áreas de regularização fundiária, agrária e de cartografia.*

*Dentre os benefícios instituídos oriundos desse trabalho ressalta-se o efetivo cumprimento dos preceitos constitucionais estabelecidos no Capítulo III da Constituição Federal que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária e do também Capítulo III da Constituição do Estado do Paraná, afeta às questões da Política Agrícola e Agrária.*

*Ainda, no contexto dos benefícios propiciados à sociedade paranaense e ao Estado, decorrentes dos processos de legalização de terras e limites de divisas do Estado merece destaque a horizontalidade que alcançam, na medida em que contemplam as ações programá-*

*ticas e de projetos públicos desenvolvidos nas diversas áreas:*

*- na área social pode-se considerar o resgate da cidadania mediante a segurança da posse e garantias sociais às famílias e herdeiros com conseqüente melhoria da qualidade de vida da população;*

*- na área agrícola o destaque cabe às facilidades que a regularização propicia quanto ao acesso às linhas de crédito agrícola e outros programas de governo;*

*- na área fazendária a geração de receitas tributárias cartorárias, etc, que advém da passagem dos imóveis do mercado clandestino para o mercado formal, inclusive com valorização dos mesmos;*

*- na área jurídica os subsídios técnicos às providências de defesa do Estado do Paraná em interpelações de ordem judicial;*

*- na área de meio ambiente a adequação às normas legais de proteção ambiental (reserva legal e preservação permanente), já que a partir da legalização das áreas, o Estado tem como fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação;*

*No Paraná, as atividades inerentes à Regularização Fundiária, embora legalmente estejam a cargo do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, as mesmas vêm sendo desenvolvidas no âmbito da Coordenadoria de Gestão Territorial - CGTE da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, por duas razões fundamentais quais sejam, por dispor da estrutura de pessoal remanescente do Instituto de Terras e Cartografia e Florestas e, principalmente pela imperiosa necessidade de que tais atividades operem em conjunto com a área cartográfica, que dispõe de acervo de mais de cem anos.*

*Por outro lado, as atividades da área Cartográfica merecem destaque não só, enquanto função indissociável e complementar das atividades da regularização fundiária mas, principalmente, como ferramenta eficaz e indispensável para o estabelecimento de políticas públicas e de planejamento físico e econômico do Estado como um todo, e dos municípios em particular, proporcionando à administração pública e privada, completo e atualizado conhecimento territorial dos seus limites político-administrativos e consolidando a base fundamental para o Geoprocessamento.*

*Como representação do espaço geográfico, a cartografia cumpre a função de ser o retrato do território sobre o qual são implementados os processos para o desenvolvimento igualitário entre as diversas regiões do Estado.*

*Dentre as vantagens que a definição e implementação de uma política cartográfica consistente representará para o Estado do Paraná, temos:*

*- a garantia da especialização das informações e conseqüente desenvolvimento e aplicação de técnicas de geoprocessamento nas instituições públicas estaduais;*

*- o tratamento sistemático do mapeamento, que permita contemplar gradativamente todo o território, de*

*forma a obter qualidade e precisão nos produtos cartográficos e evitando a duplicação de esforços;*

*- a disponibilização e autarquização de um inventário cartográfico que assegure aos usuários a adequada utilização dos produtos e conseqüente otimização dos recursos.*

***Atribuições que saem do IAP e passam para a Nova Autarquia***

*As atividades de terras e regularização fundiária das terras devolutas estaduais, conforme previsto no artigo 10 do projeto de lei.*

***Atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Gestão Territorial - CGET que passam para a Autarquia***

*A seguir são listadas algumas das atividades desenvolvidas pela atual Coordenadoria de Gestão Territorial, a qual engloba as atividades inerentes às áreas de Regularização Fundiária e Geociências:*

*- Elaboração de Mapas e cartas topográficas.*  
*- Guarda e manutenção e acervo da mapoteca e atendimento a público.*

*- Organização dos limites político-administrativos dos Municípios do Paraná e elaboração do mapa de divisas municipais.*

*- Estruturação de Dados para Sistema de Informações Geográfica.*

*- Tratamento, Fusão, Classificação e Georreferenciamento de Imagem de Satélite.*

*- Elaboração de plantas/Memorial Descritivo.*

*- Levantamento Topográfico.*

*- Restituição Fotogramétrica.*

*- Análise técnica e procedimentos para Tubulação na Lei de Terras em Vigor.*

*- Estudo Gráfico para Ação e Usucapião.*

*- Levantamento Ocupacional.*

*- Estudo Gráfico de Situação Dominial.*

*- Pesquisa de Informações e tecnologia em Cartografia, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto.*

*- Realização de Ação Discriminatória Administrativa e demais procedimentos jurídicos necessários à regularização fundiária.*

***Receitas Previstas***

*As receitas previstas são oriundas da prestação de serviços na área fundiária, geodésica e de cartografia, tais como:*

*- elaboração de planta memorial;*  
*- descritivo;*  
*- levantamentos e medições topográfica;*  
*- fotos aéreas;*

*- arrecadação oriunda da áreas incorporadas ao patrimônio da Autarquia conforme Lei nº 7.050/78 - Lei Estadual de Terras;*

*- prestação de serviços através de convênios.*

***Metas***

*- Regularizar de 10 mil propriedades/ano.*

*- Adensar a rede Geodésica Estadual.*

*- Revisar e ajustar divisas municipais.*

*- Ampliar de quatro para oito o número de atendimentos públicos e privados.*

*- Disponibilizar a cartografia geral do Estado em meio digital.*

*- Ampliar o mapeamento 1:25.000 no Estado.*

*- Recuperar o acervo cartográfico do Estado do Paraná.*

*- Restabelecer o acompanhamento e a assistência técnica aos oito assentamentos estaduais com vistas a preparação de suas emancipações da tutela estadual.*

*- Implementar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais no Estado do Paraná, de acordo com o previsto na Lei Federal nº 10.267, de 28 de agosto de 2001.*

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 367/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná**

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído o Instituto de Terras, Cartografias e Geociências - ITC, entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receitas próprios, com autonomia administrativa, técnica e financeira, integrante da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o artigo 7º, inciso I da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema.

Art. 2º O Instituto de Terras, Cartografias e Geociências - ITC, terá sede e foro na cidade de Curitiba / PR, com jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, gozando dos privilégios e isenções próprios da Fazenda Estadual.

Art. 3º O Instituto de Terras, Cartografias e Geociências - ITC é o órgão executor da política agrária no Estado, no que se refere às terras públicas, tendo por finalidade a colonização e o desenvolvimento rural do Estado do Paraná, a execução de serviços cartográficos, a elaboração do cadastro territorial rural e de sua estatística imobiliária, bem como a pesquisa nas áreas fundiária, agrária e de geociências.

Art. 4º No desempenho de suas atividades, compete ao Instituto de Terras, Cartografias e Geociências - ITC:

I - a proposição, a coordenação, a execução e o acompanhamento das políticas: agrária, fundiária, cartográfica, geodésica e cadastral de imóveis rurais no Estado do Paraná;

II - a promoção da regularização fundiária e o reordenamento territorial, atendendo ao contido na Lei Federal nº 10267, de 28/08/2001 e Decreto Federal 4449/2002 de 30/10/2002, de modo a garantir a função social da terra, bem como a proteção dos recursos naturais, de



acordo com sua destinação social, econômica e ambiental;

III - o subsídio ao Governo Federal nas ações agrárias e fundiárias no Estado do Paraná;

IV - a implantação, a administração e a manutenção do cadastro de imóveis rurais;

V - a manutenção e a atualização do cadastro dominial do Estado do Paraná;

VI - a execução de levantamentos e demarcações de terras de domínio público ou particular para embasar a regularização fundiária e o reordenamento territorial;

VII - a regularização fundiária das terras devolutas estaduais, aplicando-se, no que couber, as disposições da Lei Estadual nº 7055/78 e demais legislações pertinentes;

VIII - dar suporte técnico para a definição dos limites dos municípios do Estado e dos Distritos Municipais, demarcando com divisas claras e precisas de modo a garantir a organização da divisão político-administrativa do Paraná, a eliminação ou prevenção de litígios;

IX - a promoção, a normatização, o planejamento, a coordenação e a execução das atividades nas áreas de fotogrametria, sensoriamento remoto, mapeamentos, levantamentos topográficos e adensamento de redes geodésicas e de nivelamento de precisão;

X - a elaboração, a promoção e a execução do Plano Cartográfico Estadual;

XI - o acompanhamento da produção cartográfica do Estado, zelando por sua qualidade e propriedade técnico-operacional;

XII - a criação e a manutenção atualizada do Sistema de Informações Cartográficas e Fisiográficas Oficiais do Estado do Paraná, constituído por inventário de produtos cartográficos e geográficos, mapoteca de dados cartográficos, geográficos, dados aerofotogramétricos, de sensoriamento remoto e de estruturas geodésicas, visando atender aos órgãos da Administração Pública e ao público em geral;

XIII - a promoção, a coordenação e a execução do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Paraná, bem como a manutenção, a atualização e a promoção da atualização do seu acervo em parceria com as diversas instituições municipais, estaduais e federais;

XIV - a elaboração e a atualização do Atlas do Estado para subsidiar com informações o desenvolvimento do Estado;

XV - a prestação de assistência técnica na área de atuação aos demais órgãos da administração;

XVI - a manutenção de intercâmbio com organizações responsáveis pela aquisição e comercialização de imagens de sensores remotos, objetivando a manutenção e atualização de acervo;

XVII - o desenvolvimento, o apoio a pesquisas aplicadas e científicas nas áreas de cartografia, sensoriamento remoto, geodésica e sistema de informações geográficas;

XVIII - o fornecimento de embasamento tecnológico às políticas cartográfica e fundiária do Paraná, subsidiando os demais setores estaduais que requerem

cartografia de precisão, informações multitemporais e de cadastro de propriedades rurais;

XIX - o desenvolvimento de pesquisa e experimentação direcionadas aos ocupantes das áreas objeto de regularização fundiária, com vistas ao atingimento de sua sustentabilidade assim como propor modelos estáveis de desenvolvimento para o reordenamento territorial;

XX - a proposição para a celebração de acordos, convênios e contratos com entidades públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, visando a pesquisa de métodos, o desenvolvimento tecnológico e a execução de trabalhos cartográficos, geodésicos, de sensoriamento remoto, e de geoprocessamento; e

XXI - a execução de outras atividades correlatas.

Art. 5º No cumprimento de seus objetivos o ITC poderá:

I - celebrar convênios, acordos ou contratos e outros instrumentos legais congêneres com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou internacionais;

II - prestar serviços a órgãos e entidades dos setores privado e público ou a pessoas físicas e jurídicas, nacionais e internacionais;

III - cobrar emolumentos, taxas, serviços e multas decorrentes de suas atribuições; e

IV - promover a inscrição de seus créditos em dívida ativa e efetuar a sua cobrança judicial.

Art. 6º O patrimônio do ITC será constituído de:

I - todos os bens móveis, imóveis, instalações e equipamentos que lhe forem destinados pelo Governo do Estado e dos que venha a adquirir;

II - doações, legados, de pessoas físicas e jurídicas, nacionais e internacionais; e

III - outros bens não expressamente referidos, vinculados ao exercício de suas atividades.

Art. 7º Constituem receitas do ITC:

I - créditos orçamentários que lhe sejam consignados pelo Orçamento Geral do Estado ou da União ou dos Municípios;

II - auxílios, doações, legados, subvenções federais, municipais e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, nacionais e internacionais;

III - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com pessoas de direito público ou privado, nos termos da legislação vigente;

IV - rendas patrimoniais, operações financeiras e juros;

V - saldos de exercícios encerrados;

VI - remuneração por serviços prestados e administração de fundos e verbas que lhe sejam destinadas legalmente;

VII - recursos provenientes da arrecadação da taxa de transferência de áreas legitimadas e incorporadas com o estipulado nos artigos 27, 31 e 33, III, todos da Lei nº 7055, de 04 de dezembro de 1978;

VIII - a transferência dos recursos atualmente alocados no Instituto Ambiental do Paraná - IAP, por conta da atividade de cobrança de taxas referentes a regularização fundiária;

IX - outras rendas de qualquer natureza.

Parágrafo Único. A transferência da receita que trata o inciso VIII, dar-se-á, mediante proposta do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e consequente decreto governamental autorizatório.

Art. 8º O ITC administrará o Fundo de Terras, Fundo de Desenvolvimento Rural e o Fundo de Desapropriação e Colonização.

Art. 9º Ficam transferidas para o ITC as atividades de terras e cartografia e de regularização fundiária das terras devolutas estaduais estabelecidas, total ou parcialmente, no artigo 6º e respectivos incisos da Lei nº 10066, de 27 de julho de 1992, alterada pelas Leis nºs 11352, de 13 de fevereiro de 1966 e nº 13425, de 07 de janeiro de 2002.

Parágrafo Único. As atuais áreas incorporadas ao Patrimônio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em razão do disposto nos artigos 27 e 33, III da Lei nº 7055, de 04 de dezembro de 1978, passam a incorporar o patrimônio do ITC.

Art. 10. O artigo 2º da Lei nº 13425, de 07 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Permanecem no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema, as atividades relativas à educação ambiental e no âmbito do Instituto Ambiental do Paraná - IAP as atividades de análises e pesquisas laboratoriais afetas ao meio ambiente, enquanto que passam a integrar a esfera de competência do Instituto de Terras, Cartografias e Geociências - ITC, as atividades de terras, cartografia e regularização fundiária das terras devolutas estaduais”.

Art. 11. O Instituto de Terras, Cartografias e Geociências - ITC será administrado por:

I - Conselho de Administração; e

II - Diretoria.

§ 1º O Conselho de Administração, composto de 05 (cinco) membros, não remunerados, será presidido pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, cabendo ao Diretor-Presidente do ITC o exercício das funções de Secretário Executivo.

§ 2º A Diretoria será composta por 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Administrativo-Financeiro, 01 (um) Diretor de Terras, 01 (um) Diretor de Geociências e 01 (um) Diretor Jurídico, nomeados pelo Chefe do

Poder Executivo dentre pessoas de reconhecida capacidade administrativa na área.

Art. 12. O Regulamento e a estrutura básica da autarquia ITC serão estabelecidos mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual, atendidas às disposições da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987, em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da publicação desta lei.

Art. 13. Ficam transferidos do Instituto Ambiental do Paraná - IAP para o Instituto de Terras, Cartografias e Geociências - ITC, 02 (dois) cargos de provimento em comissão, de Chefe de Departamento, símbolo 1-C.

Art. 14. Ficam criados no Instituto de Terras, Cartografias e Geociências - ITC, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 01 (um) cargo de Diretor Presidente, símbolo DAS-1;

II - 03 (três) cargos de Diretor, símbolo DAS-3;

III - 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;

IV - 06 (seis) cargos de Chefe de Departamento, símbolo 1-C.

Art. 15. O patrimônio do Instituto de Terras, Cartografias e Geociências - ITC será constituído por todos os bens que no ato da publicação desta lei estiverem sendo utilizados pela Coordenadoria de Gestão Territorial - CGTE, unidade de execução programática da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema, bem como por outros que lhe forem destinados e dos que venha a adquirir mediante autorização legal.

Parágrafo Único. O patrimônio do Instituto de Terras, Cartografias e Geociências - ITC será empregado exclusivamente na consecução de suas finalidades.

Art. 16. O Poder Executivo fica autorizado a abrir um crédito adicional, até o limite dos saldos apurados no orçamento do Instituto de Terras, Cartografias e Geociências - ITC, aprovado pela Lei Estadual nº 14600, de 27 de dezembro de 2004, em conformidade com a Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, visando implementar a presente lei.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Fica revogado o inciso XIX do artigo 1º da Lei nº 13425, de 07/01/2002.

Sala das Comissões, em 27.09.2005

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 447/2005, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 031/2005, que autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, a efetuar cessão de uso ao Município de Porto Barreiro, com área de 2.337,50m<sup>2</sup>, localizado em Passos das Flores, naquele Município, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 447/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, autorizado a efetuar cessão de uso ao Município de Porto Barreiro, de parte ideal do imóvel, de propriedade do referido Instituto, com área de 2.337,50m<sup>2</sup>, localizado em Passos das Flores, Quinhão 68, do Bloco 13, da Fazenda Laranjeiras, naquele Município, conforme Matrícula nº 9.186, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

Art. 2º O imóvel em questão deverá ser utilizado para a implantação do projeto "Centro de Treinamento do Agricultor Familiar - CETRAF", ficando a presente cessão revogada, a qualquer momento, em caso de que se comprove utilização diversa.

Art. 3º A presente cessão de uso terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes, permanecendo a cessionária com a responsabilidade pela guarda, proteção e conservação do bem cedido e pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do tempo, sem direito a quaisquer ressarcimentos, assegurando-se, ainda, a preferência de utilização do Centro de Treinamento do Agricultor Familiar pela comunidade escolar.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 507/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação Clube da Terceira Idade Nossa Senhora da Salete, com sede no Município de Três Barras do Paraná e foro na Comarca de Catanduvas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 507/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Clube da Terceira Idade Nossa Senhora da Salete, com sede no Município de Três Barras do Paraná e foro no Município de Catanduvas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

**3ª Discussão****ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/2005, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública o Seminário Rogacionista João Paulo II, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

**ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Tuneiras do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

**ITEM 06**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jandaia do Sul, com sede e foro em Jandaia do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé, com sede no Município de Santana do Itararé e foro na Comarca de Wenceslau Braz. COM PARECER

FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DICUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

## 1ª Discussão

### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari, que denomina de Rodovia Antonio Gregulia, o trecho da rodovia estadual PR-317, da ponte sobre o Rio Piquiri no Município de Formosa do Oeste até o trevo de acesso à Cidade de Jesuítas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 040/2005, de 10.05.2005, em Projetos de Lei, pag. 19).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 269/2005

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, visa a denominação de trecho da rodovia estadual PR-317.

#### Constitucionalidade e legalidade

O projeto em questão não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

‘Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.”

Além disso, o trecho em questão não possui denominação conforme informação da Secretaria Estadual dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem - ofícios anexos.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, em sede de parecer, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 13.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 269/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 269/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari, denomina “Antonio Gregulia” o trecho da rodovia estadual PR-317, da ponte sobre o Rio Piquiri, no Município de Formosa do Oeste até o trevo de acesso à cidade de Jesuítas.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e o ofício da Secretaria de Estado dos Transportes, atestando não existir óbice à referida denominação da via pública.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei 269/2005.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao Município de Jesuítas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 040/2005, de 10.05.2005, em Projetos de Lei, pag. 19).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 270/2005

P A R E C E R :

#### Do relatório

O Projeto de Lei nº 270/2005 de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Nereu Moura tem por escopo autorizar o Poder Executivo a ceder à Prefeitura do Município de Jesuítas o imóvel urbano na área P-6-B da subdivisão da área P-6, no loteamento da cidade e Município de Jesuítas, com área de 852,15 m e benfeitorias, de propriedade do Estado do Paraná, nos termos da transcrição protocolo nº 33.999 da matrícula nº 8.583, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

#### Da fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a manifestar-se, considerando-se que a Constituição Estadual no seu artigo 10, dispõe que: “os bens imóveis do Estado não poderão ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamento de caráter social.” Depreende-se da análise textual do artigo 10 acima descrito que, via de regra, os imóveis não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, mas acaba estabelecendo algumas exceções, resta-nos analisar criteriosamente o caso em concreto, do que a análise textual depreende-se a cessão é para a Prefeitura Municipal de Jesuítas, para a construção de uma pré-escola.

Ademais, a melhor doutrina traz que a cessão de uso, nada mais é que a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado, o que não causa danos ao projeto em análise.

Quanto a técnica legislativa, o projeto de lei em questão encontra vício de legalidade frente à Lei Complementar 95/98, claro em seu artigo 4º no trecho em que preceitua: "...estando revogadas as disposições que contrariem". Nesse sentido, dispõe a referida lei:

"Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas".

Para a normal tramitação, e a fim, de sanar o vício de técnica legislativa supra citado, segue em anexo emenda supressiva.

#### **Da conclusão**

Diante do exposto, este relator apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 270/2005, acolhida a emenda em anexo, para apreciação dos demais membros desta Comissão de Constituição e Justiça e devida tramitação do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 270/2005**

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 270/2005, passando seu texto a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. "

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari e 01 ilegível.

#### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 270/2005**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Durval Amaral, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a ceder, ao Município de Jesuítas, imóvel que especifica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já apresentou parecer favorável ao mesmo, quanto a legalidade e constitucionalidade.

Chamada a opinar a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, encontrou méritos indiscutíveis na proposição, tendo em vista que o Município de Jesuítas e a comunidade local serão beneficiados pela doação.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS  
Presidente e Relator

#### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a proceder reversão ao patrimônio do Município de Loanda, de parte de imóvel situado naquele município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 079/2005, de 10.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 05).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 474/2005**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, autoriza o Poder Executivo a proceder reversão ao patrimônio do Município de Loanda, de parte de imóvel situado naquele município.

Quanto à competência legislativa, a iniciativa do ilustre Deputado não encontra óbice de caráter constitucional. Quanto à técnica legislativa, encontra um vício de legalidade frente à Lei Complementar 95/98, claro em seu artigo 3º no trecho em que preceitua: "... revogadas as disposições em contrário". O Relator sugere uma emenda supressiva para corrigir o artigo 3º, na forma do artigo 137 do Regimento Interno desta Casa.

Chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, através da emenda supressiva anexa.

Sala das Comissões, em 30.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 474/2005**

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissão, em 30.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 474/2005**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei 474/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, autoriza o Poder Executivo a proceder à reversão ao patrimônio do Município de Loanda de imóvel situado naquela municipalidade.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça com emenda corrigindo a técnica legislativa. O mérito do projeto de lei é indiscutível, pois no imóvel será efetuada a construção de prédio para abrigar o Corpo de Bombeiros.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 474/2005.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

### ***Discussão Única (Indicações)***

#### **ITEM 11**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 046/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, que sugere que o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, institua gratificação de localidade especial aos policiais civis lotados em zonas de fronteira. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 102/2005, de 26.09.2005, em Indicações).

### ***Discussão Única (Proposições)***

#### **ITEM 12**

DISCUSSÃO ÚNICA - do Proposição nº 091/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 177/2005, de autoria dos Deputados Marcos Isfer e Rafael Greca, que corrige a denominação da corporação beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 14.600 de 27.12.2004. (Polícia Militar). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 154/2005

Curitiba, 05 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 197/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com disposto no artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 177/2005, por considerá-lo contrário ao interesse público porque, contendo dados equivocados no que se refere à somatória dos valores das dotações das Emendas que especifica seria, conforme entendimento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, indiscutivelmente inexecutável, caso acolhido.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 177/2005 encontra-se publicado no DA nº 078/2005, de 09.08.2005, em Redação Final, pag. 15).**

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 091/2005**

### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 177/2005, de autoria dos Deputados Marcos Isfer e Rafael Greca, vetado pelo Governador do Estado, tem por objeto corrigir a denominação da corporação beneficiada pelo Plano de Aplicação da Lei nº 14.600 de 27.12.2004.

Reza a Constituição Estadual:

“Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...)”

A Comissão de Constituição e Justiça, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, em somos de parecer favorável ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Sr. Deputado Padre Paulo, a chamada dos Srs. Parlamentares para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)

**(Procede à chamada nominal)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Deputado Bradock, e ao Deputado Reni, que procedam ao escrutínio. Vinte (20) Deputados, SIM; onze (11); NÃO, um (01) NULO.

Conforme o resultado anunciado pelo nosso 1º Secretário, Padre Paulo, **está mantido o veto.**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Explicações Pessoais, Sr. Presidente: apenas para registrar que os autores do projeto não estavam presentes na votação do veto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Um dos autores, Deputados Marcos Isfer estava. O outro, não.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu abro mão de Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Esta Presidência agradece.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar declaramos encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 03 de outubro, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 373, 470, 502 e 504/2005.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 212 e 268/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 233, 244, 269, 270, 427 e 474/2005; e do Projeto de Resolução nº 013/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 047/2005.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

***Diretoria Geral***

***Portaria DAT***

PORTARIA Nº 026/2005 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 19 da Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004.

#### **R E S O L V E :**

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004 nas rubricas abaixo:

#### **REDUÇÃO DE DESPESA:**

| <b>Código</b> | <b>P/A</b> | <b>Fonte</b> | <b>Valor</b> |
|---------------|------------|--------------|--------------|
| 44905200      | 2000       | 100          | 9.500.000,00 |
| Total         |            |              | 9.500.000,00 |

#### **ACRÉSCIMO DE DESPESA:**

| <b>Código</b> | <b>P/A</b> | <b>Fonte</b> | <b>Valor</b> |
|---------------|------------|--------------|--------------|
| 31901100      | 2000       | 100          | 9.500.000,00 |
| Total         |            |              | 9.500.000,00 |

Gabinete da Diretoria Geral, 22.09.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Deputado Nereu Moura - 1º Secretário

